



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
RONDÔNIA**

CAMPUS PORTO VELHO CALAMA

DEPARTAMENTO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

**MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE
NACIONAL – PROFEPT**

**O IMPACTO DO PROJETO EMPODERAMENTO DA MULHER NA VIDA DAS
EGRESSAS DO CURSO FIC DE CORTE E COSTURA OFERTADO NO MUNICÍPIO DE
PRIMAVERA DE RONDÔNIA**

SIMONE LEITE DE FREITAS

PORTO VELHO/RO

2020

SIMONE LEITE DE FREITAS

O IMPACTO DO PROJETO EMPODERAMENTO DA MULHER NA VIDA DAS
EGRESSAS DO CURSO FIC DE CORTE E COSTURA OFERTADO NO MUNICÍPIO DE
PRIMAVERA DE RONDÔNIA

Artigo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, área de concentração Educação Profissional e Tecnológica, linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Xênia de Castro Barbosa

PORTO VELHO/RO

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F866i

Freitas, Simone Leite de.

O impacto do Projeto Empoderamento da Mulher na vida das egressas do Curso FIC de Corte e Costura ofertado no Município de Primavera de Rondônia / Simone Leite de Freitas.- Porto Velho, Rondônia, 2020.

84f.

Orientadora: Prof^a. Dra. Xênia de Castro Barbosa.

Artigo (Mestrado) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Porto Velho Calama, Programa de Mestrado em Rede Nacional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

ISBN 978-65-00-06192-5

Bibliografia: p. 42-46.

1. Gênero. 2. Desigualdade. 3. Educação Profissional. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. III. Título

Bibliotecária Responsável Miriã Santana Veiga CRB 11/898

ATA 1/2020

Anexo 4 – ATA DE DEFESA DO TCC DE MESTRADO

CANDIDATO: Simone Leite de Freitas

DATA DA DEFESA: 26 de junho de 2020

LOCAL: Porto Velho (defesa virtual via ferramenta Google Meeting)

HORÁRIO DE INÍCIO: 14:30h HORÁRIO DE TÉRMINO: 18:00h

NOME COMPLETO	FUNÇÃO	INSTITUIÇÃO DE ORIGEM
Xênia de Castro Barbosa	Presidente	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
Lediane Fani Felzke	Membro	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
Verônica Aparecida Silveira Aguiar	Membro	Universidade Federal de Rondônia
Alexandre Santos de Oliveira	Suplente Interno	Instituto Federal de Sergipe

TÍTULO DEFINITIVO DO TCC*:

O IMPACTO DO PROJETO
EMPODERAMENTO DA MULHER NA VIDA DAS EGRESSAS DO CURSO
FIC DE CORTE E COSTURA OFERTADO NO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA

Em sessão pública, após exposição de 40 min, o(a) candidato(a) foi arguido(a) oralmente pelos membros da banca, durante o período de 2h 30 min. A banca chegou ao seguinte resultado**:

(X) APROVADO(A) () REPROVADO(A)

** Recomendações1 :

Adequação das Referências à ABNT. Revisão gramatical.

1 O aluno deverá encaminhar à Coordenação do PROFEPT, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da defesa, os exemplares definitivos do TCC, após realizadas as correções sugeridas pela banca.

Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata, que é abaixo assinada pelos membros da banca, na ordem acima relacionada e pelo candidato.

Porto Velho, 26 de junho de 2020.

Presidente: Xênia de Castro Barbosa

Membro 1: Lediane Fani Felzke

Membro 2: Verônica Aparecida Silveira Aguiar

Membro 3: Alexandre Santos de Oliveira

Candidato (a): Simone Leite de Freitas



Documento assinado eletronicamente por **Xenia de Castro Barbosa, Professor(a) - EBTT**, em 26/06/2020, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lediane Fani Felzke, Professor(a) - EBTT**, em 26/06/2020, às 18:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Veronica Aparecida Silveira Aguiar, Usuário Externo**, em 26/06/2020, às 18:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Santos Oliveira, Professor(a) - EBTT**, em 26/06/2020, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SIMONE LEITE DE FREITAS, Usuário Externo**, em 30/06/2020, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0940687** e o código CRC **BA612E32**.

ATA 2/2020

Anexo 5 – Ata de Avaliação do Produto

PRODUTOS(S) EDUCACIONAL(IS) GERADO(S) NO TRABALHO FINAL DE CURSO

CANDIDATO: Simone Leite de Freitas

DATA DA DEFESA: 26 de junho de 2020 LOCAL: Porto Velho (via ferramenta Google Meeting)

HORÁRIO DE INÍCIO: 14:30h

Declaramos que o Produto Educacional "Projeto Pedagógico de Curso de Formação Inicial e Continuada em Corte e Costura" foi julgado, validado e aprovado para obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Rondônia.

Porto Velho, 26 de junho de 2020.

Presidente: Xênia de Castro Barbosa

Membro 1: Lediane Fani Felzke

Membro 2: Verônica Aparecida Silveira Aguiar

Membro 3: Alexandre Santos de Oliveira

Candidato (a): Simone Leite de Freitas



Documento assinado eletronicamente por **Xenia de Castro Barbosa, Professor(a) - EBTT**, em 26/06/2020, às 18:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lediane Fani Felzke, Professor(a) - EBTT**, em 26/06/2020, às 18:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Veronica Aparecida Silveira Aguiar, Usuário Externo**, em 26/06/2020, às 18:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Santos Oliveira, Professor(a) - EBTT**, em 26/06/2020, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#)



Documento assinado eletronicamente por **SIMONE LEITE DE FREITAS, Usuário Externo**, em 30/06/2020, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0940698** e o código CRC **7738FB79**.

Referência: Processo nº 23243.008179/2020-48

AGRADECIMENTOS

De forma especial, agradeço à minha irmã Sirley Leite Freitas, que sempre esteve comigo nos momentos de alegrias, de conquistas e, principalmente, por ser a pessoa que mais me inspira na vida acadêmica.

Sou muito grata ao meu esposo, José Odair Leite, pelo carinho, atenção e pelos momentos compartilhados – eu o admiro simplesmente por compreender que somos iguais mesmo sendo diferentes.

À minha orientadora Prof^ª. Dr^ª, Xênia de Castro Barbosa, por ter compartilhado comigo os seus conhecimentos, pela atenção, dedicação, carinho e por me guiar nessa pesquisa.

Às minhas amigas, Mara Divina Maciel Chiullo, que esteve comigo no início dessa caminhada no processo de seleção do Mestrando e a Marta Paloni, por sua sabedoria e incentivo.

Agradeço aos meus colegas da turma de Mestrado 2018/2020 e aos professores, que se dedicaram e compartilharam seus conhecimentos.

Faço também um agradecimento muito especial à senhora Janete, à senhora Maria e às demais colaboradoras/egressas do Curso de Corte e Costura – elas que são as belas flores de Querência do Norte.

O impacto do projeto Empoderamento da mulher na vida das egressas do Curso FIC de Corte e Costura ofertado no município de Primavera de Rondônia.

RESUMO: Ao longo da História, as mulheres têm sido tratadas de modo diferente dos homens, sendo que suas trajetórias, em muitos casos, são marcadas por violência, preconceito e discriminação negativa. Os fatores que mais facilmente demonstram essa situação são: desigualdade salarial, menor acesso aos cargos de chefia e violência doméstica, sem falar nos alarmantes números do feminicídio. Para enfrentar esse quadro de desigualdades que perpassa ao gênero, os Estados democráticos e signatários dos Direitos Humanos – DH vêm implementando políticas públicas de empoderamento e de combate à violência de gênero. Este estudo buscou investigar, em escala local, uma dessas políticas públicas desse viés, a saber, o “Projeto Empoderamento da Mulher”, do Instituto Federal de Rondônia – IFRO. O referido projeto atende mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade, por meio da oferta de educação profissional na modalidade de Formação Inicial Continuada (FIC). O recorte da pesquisa foi o curso FIC de Corte e Costura, que foi ofertado no Distrito de Querência do Norte, em Primavera de Rondônia, no ano de 2017. Nesse estudo, adotamos o método dialético, o que implica dizer que o problema investigado foi analisado em perspectiva socioeconômica, histórica e dinâmica e a investigação teve uma abordagem qualitativa numa perspectiva etnográfica. No resultado final desse estudo, tecemos algumas notas sobre a desigualdade de gênero e uma proposta de Projeto Pedagógico de Curso na modalidade FIC, para oferecer formação continuada às egressas, contemplando no projeto adaptações curriculares e metodológicas.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Desigualdade. Educação Profissional.

The impact of the project Women's Empowerment in the life of the alumni from the Initial and Continued Education Course on tailoring offered in the town of Primavera, in Rondonia/BR.

ABSTRACT: Throughout history, women have been treated differently from men, and their trajectories, in many cases, are marked by violence, prejudice and negative discrimination. The factors that most easily demonstrate this situation are: wage inequality, less access to leadership positions and domestic violence, not to mention the alarming numbers of femicide. In order to face this picture of inequalities that pervade gender, democratic states and signatories of Human Rights - DH have been implementing public policies for empowerment and combating gender violence. This study sought to investigate, on a local scale, one of these public policies, namely, the "Women's Empowerment Project", from the Federal Institute of Rondônia - IFRO. This project serves women who are in a situation of vulnerability with the provision of education in the form of Continuing Initial Training (FIC). The focus of the research was the FIC Cutting and Sewing course, which was offered in the District of Querência do Norte in 2017. In this study we adopted the dialectical method, which implies that the problem investigated was analyzed from a socioeconomic, historical and dynamics and the investigation took a qualitative approach in an ethnographic perspective. In the final result of this study, we made some notes on gender inequality and a proposal for a Pedagogical Course Project in the FIC modality, to offer continuing education to graduates, contemplating curricular and methodological adaptations in the project.

KEYWORDS: Gender. Inequality. Professional Education.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

FIGURA 01: MAPA DA MICRORREGIÃO DE VILHENA.....	19
FIGURA 02: FACHADA DO PRÉDIO.....	21
FIGURA 03: SALA ONDE OCORRERAM AS AULAS.....	12
FIGURA 04: ALUNAS DO CURSO FIC DE CORTE E COSTURA.....	24
QUADRO 1: PERFIL DA EGRESSAS DO CURSO FIC DE CORTE E COSTURA.....	25
FIGURA 05: APRESENTAÇÃO DO CARTAZ MAPA DA VIDA.....	26
QUADRO 2: MATRIZ SWOT DO CURSO	27
FIGURA 6: MAPA ONDE FORAM OFERTADOS OS CURSOS FICS.....	28

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL – Arranjos Produtivos Locais

APRUNQ – Associação dos Produtores Rurais de Querência do Norte

CENTEC – Centro Técnico Estadual de Educação

EFA – Escola Família Agrícola

EJA – Educação de Jovens e Adulto

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

FIC – Formação Inicial Continuada

IDEP – Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IFRO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

MEDIOTECH – Programa de Mediação Tecnológica

NEDET – Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial

PPC – Projeto Pedagógico de Curso

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROFEPT – Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica

SEMAS – Secretária Municipal de Ação Social de Rolim de Moura

SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
3 DESENHO METODOLÓGICO	17
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	19
4.1 Querência do Norte: notas de uma etnografia em botão	19
4.2 Um bosque de mulheres em flor	22
4.3 O Projeto Empoderamento da Mulher.....	28
4.4 O Projeto Pedagógico do Curso FIC de Corte e Costura: uma análise.....	31
4.5 Educação Profissional Tecnológica e a questão de gênero	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	42
APÊNDICE A - PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA EM CORTE E COSTURA.....	47
APÊNDICE B – ROTEIROS DE ENTREVISTA	74
APÊNDICE C – DECLARAÇÃO DE NÃO VIOLAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS.....	80
ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	81

1 INTRODUÇÃO

A Educação no Campo deve compreender a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio, a Educação Profissional e demais modalidades do ensino previstas em lei, e deve se destinar aos que vivem no meio rural: camponeses, extrativistas, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, empregados rurais, assentados e acampados da reforma agrária (RONDÔNIA, 2011).

Em Rondônia, assim como em outros lugares do Brasil, a Educação no Campo tem passado por um processo de retração e precarização, o que se explica por escolhas políticas dos gestores, e pelo próprio crescimento do modo de vida urbano. A redução de investimentos na educação do campo, o fechamento de escolas rurais e a redução da oferta de cursos e vagas destinados à população rural foi criticada por Souza (2010), que as interpretou como fenômeno ligado ao tipo de capitalismo dependente existente no Brasil e à ingerência de organizações internacionais bilaterais na Amazônia.

Entendemos que a oferta de educação para a população rural, no próprio local onde vive e trabalha, de acordo com suas necessidades, ritmos e organização da vida cotidiana é uma questão de direito e de equidade. Para tanto, faz-se necessária a implantação de políticas, investimentos e monitoramentos com avaliação das ações desenvolvidas.

Dentre os que mais sofrem com a retração do direito à educação, destacamos as mulheres rurais, que em razão de fatores culturalmente reificados, enfrentam inúmeras formas de violência e interdição de direitos (BARBOSA; NOGUEIRA; SILVA, 2018). Comparadas às mulheres residentes na zona urbana, as mulheres rurais casam-se mais cedo (na faixa dos 16 anos), têm mais filhos, enfrentam também uma dupla jornada de trabalho, são quase sempre impedidas de frequentar escola e as oportunidades de educação profissional – e as que chegam a elas são raras (PNUD, 2014).

Cabe dizer que a educação rural ofertada pelo governo do Estado de Rondônia tem se destinada a crianças e jovens em idade escolar, em escolas-pólo e escolas família agrícola (EFA). Já a oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) à população do campo tem se resumido, basicamente, a poucas iniciativas, a maioria delas cursos de capacitação ofertados por sindicatos e organizações do terceiro setor. Na rede estadual de educação, há apenas uma unidade de oferta de educação profissional para a população do campo: o Centro Técnico Estadual de Educação (CENTEC) Abaitará, que oferece Educação Básica do Campo, articulada na forma integrada com a Educação Profissional, através dos Cursos Técnicos em Agroecologia, Agropecuária e Agronegócio, no município de Pimenta Bueno. Esse Centro

está vinculado ao Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional (RONDONIA, 2011).

Diante da baixa oferta de EPT pelo Estado de Rondônia, o IFRO é desafiado a receber a maior parte de sua demanda, entretanto, seus *Campi* foram construídos, em sua maioria ao longo da rodovia BR-364, sendo limitada sua interiorização. Por esses motivos, o IFRO tem oferecido EPT de forma presencial e a distância, conforme suas possibilidades, em municípios do interior do Estado. Esses cursos vêm sendo ofertados, sobretudo, na modalidade FIC (Formação Inicial e Continuada).

Em 2017, o IFRO implantou o Projeto Empoderamento da Mulher, com o objetivo de promover a formação inicial e continuada de mulheres em vulnerabilidade socioeconômica dos Territórios Rurais de Identidade e da Cidadania do Estado de Rondônia, visando à sua autonomia, à equidade de gênero, ao empoderamento e à sua inserção no mercado de trabalho.

Quando tomamos conhecimento do referido projeto, propusemo-nos desenvolver a pesquisa, cujos resultados e reflexões esboçaremos, de forma sintética ao longo desse texto. No projeto investigativo que deu guarida ao estudo, ocupamo-nos do seguinte problema: o curso FIC de Corte e Costura ofertado em Primavera de Rondônia, no Distrito de Querência do Norte, pelo IFRO proporcionou às egressas novas oportunidades de inserção no mundo do trabalho e novas formas de atuação no espaço social e familiar?

No que reporta aos objetivos do estudo, o objetivo geral consistiu em analisar o impacto social do Projeto Empoderamento da Mulher. Quanto aos objetivos específicos buscamos: (1) traçar o perfil das egressas do curso FIC de Corte e Costura; (2) levantar as principais dificuldades de aprendizagem enfrentadas pelas egressas quando estavam realizando o curso; (3) identificar as representações sociais das egressas sobre o acesso ao mundo do trabalho; (4) descrever os fatores de fraquezas e oportunidades do curso FIC de Corte e Costura ofertado em Primavera de Rondônia (Matriz SWOT). Interessou-nos ainda: (5) refletir sobre as relações de gênero no atual contexto histórico e no recorte empírico da pesquisa, buscando encontrar possibilidades de superação da desigualdade entre homens e mulheres; e (6) organizar uma proposta de PPC, para oferecer formação continuada às egressas, contemplando no projeto adaptações curriculares e metodológicas, que melhor atendam às demandas específicas desse público.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Em razão da temática do nosso estudo, optamos por analisar duas categorias centrais que foram: “Gênero” e “Educação Profissional e Tecnológica”. Isso pelo motivo de que elas estão diretamente relacionadas com o objeto dessa pesquisa “O Projeto Empoderamento da Mulher.” Em virtude disso, nesse tópico, apresentaremos a fundamentação teórica que embasou a nossa análise sobre as duas categorias.

O “gênero” é concebido como constructo simultaneamente empírico e teórico, portanto, passível de uso enquanto categoria analítica, tendo em vista que, ao ser apreendido a partir dos fenômenos sociais empíricos, expressa relações históricas, formadoras do tecido social (SCOTT, 1995). Trata-se de uma categoria bastante utilizada nas pesquisas em Ciências Humanas, por possibilitar uma leitura sistemática das desigualdades que imperam nas relações entre masculino e feminino. De acordo com Teles, pode-se dizer que:

A sociologia, a antropologia e outras ciências humanas lançaram mão da categoria gênero para demonstrar e sistematizar as desigualdades socioculturais existentes entre mulheres e homens, que repercutem na esfera da vida pública e privada de ambos os sexos, impondo a eles papéis sociais diferenciados que foram construídos historicamente, e criaram polos de dominação e submissão. Impõe-se o poder masculino em detrimento dos direitos das mulheres, subordinando-as às necessidades pessoais e políticas dos homens, tornando-as dependentes (TELES, 2003. p. 16).

Assim, o gênero transcende o sexo biológico, de modo que é possível reconhecer pessoas de gênero feminino mesmo em um corpo masculino, e vice-versa, evidenciando o caráter não binário e não simétrico das identificações humanas. Caráter esse que vem se revelando com um pouco mais de liberdade na modernidade tardia, em razão da liberalização sexual e dos costumes e do avanço da compreensão das diferenças. A esse respeito, Butler esclarece:

A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. Quando o *status* construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino (BUTLER, 2003, p. 24).

Essa compreensão e visão sobre a sexualidade e a identidade sexual apresentada por Butler é rechaçada pelos que defendem os comportamentos sexuais baseados no sistema binário, em que homens e mulheres possuem papéis definidos e estereotipados. Ou seja, essa perspectiva busca romper com o olhar essencialista e heterossexista, assim propor um novo olhar para além do binário do sistema sexo-gênero.

A compreensão dessas relações sociais de gênero requer exercícios complexos, já que são várias as perspectivas que precisam ser consideradas. No livro “O Segundo sexo: fatos e mitos”, Simone de Beauvoir (1970), apresenta um dos mais importantes estudos sobre a condição feminina, em que consta uma reflexão minuciosa que considera aspectos: biológico, psicanalítico, histórico, social e econômico. Para a teórica, a condição social da mulher está impregnada pela dominação masculina e há uma invisibilidade das mulheres. Segundo a autora, as mulheres:

[...] vivem dispersas entre os homens, ligadas pelo habitat, pelo trabalho, pelos interesses econômicos, pela condição social a certos homens — pai ou marido — mais estreitamente do que às outras mulheres. Burguesas, são solidárias dos burgueses e não das mulheres proletárias; brancas, aos homens brancos e não das mulheres pretas. O proletariado poderia propor-se o trucidamento da classe dirigente; um judeu, um negro fanático poderia sonhar com possuir o segredo da bomba atômica e constituir uma humanidade inteiramente judaica ou inteiramente negra: mas mesmo em sonho a mulher não pode exterminar os homens (BEAUVOIR, 1970, p. 14).

Sobre essa dependência e dominação, Touraine (2006) afirma que, historicamente, as mulheres foram reduzidas às funções sociais a elas atribuídas: a maternidade, o cuidado, a docilidade e subserviência, e que a sua própria história é, em muitos casos, dominada pela recusa de reconhecimento dos seus direitos e de sua subjetividade. Isso em razão da força da interiorização das crenças e estereótipos direcionados à mulher, além do temor das respostas violentas que o enfrentamento de tal condição pode lhe resultar.

Bourdieu, por seu turno, aponta ser fundamental enfrentar as diversas formas de violência que atingem as mulheres, inclusive a violência simbólica, que se caracteriza como a força da ordem masculina, que pode ser dimensionada:

[...] pelo fato de que ela não precisa de justificação: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar, visando sua legitimação. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica, tendendo a ratificar a dominação masculina na qual se funda: é a divisão social do trabalho, distribuição muito restrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu lugar, seu momento, seus instrumentos (BOURDIEU, 2012, p. 15).

Na visão de Ferreira (2017), apesar da imposição social de invisibilidade da mulher, elas atuaram, nos bastidores, em todos os momentos decisivos da História, tais como: nas revoluções Francesa e Americana, na luta contra a escravidão, na resistência aos abusos praticados contra os trabalhadores durante a Revolução Industrial, na Revolução Russa, na Revolução Cubana e contra as ditaduras na América Latina.

Sem adentrar na esfera da atuação feminina, nesses grandes eventos históricos, entende-se por relevante considerar que a inserção das mulheres nos processos econômicos de

perfil capitalista, mediante produção de valor de troca, tem se mostrado decisivo para a progressiva superação de limitações socialmente impostas a elas. O empoderamento feminino, oportunizado por meio da educação, da qualificação profissional e da inserção no mercado de trabalho, é responsável por boa parte desse processo.

A Educação Profissional e Tecnológica é a modalidade educacional que visa à formação omnilateral dos sujeitos, isso numa visão progressista de pedagogia socialista, por meio da integração das dimensões trabalho, ciência e cultura (NOSELLA, 2009). Nesse sentido, cabe destacar que o trabalho é entendido nesta pesquisa a partir de duas perspectivas: como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica vinculada, na contemporaneidade, a sistemas e modos de produção, e a referentes culturais específicos.

No Brasil, a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil foi desenvolvida para atender a um público-alvo específico: jovens e adultos que viviam à margem da sociedade. Ao fornecer formação profissional técnica a essa parcela da população, ela estaria atendendo também à elite, que teria profissionais para desenvolver as funções de menor prestígio, possibilitando-lhe permanecer nas funções de liderança.

Assim, a EPT nasceu da preocupação do Estado em efetivar o controle social das “classes perigosas”. Evitar a ociosidade e a “vagabundagem” e, ao mesmo tempo, prover bens e serviços ao conjunto mais amplo da sociedade. Essa educação era tecnicista e não tinha no currículo itinerários formativos que possibilitassem a crítica social e a ruptura com a estrutura de classe desigual da sociedade (PACHECO, 2010).

Contudo, a partir de 1970, o sistema capitalista passou por um processo de reestruturação produtiva, deixando o modelo *fordista* para um novo modelo de organização, chamado de *toyotismo*. Isso impactou na forma de organização do currículo da educação profissional. Se antes bastava ao operário saber fazer uma só tarefa, agora ele deveria se envolver na empresa e conhecer seus vários aspectos. A organização do trabalho passou a ser baseada em grupos de trabalhadores polivalentes que precisariam desempenhar múltiplas funções. Isso tudo desencadeou nova demanda de educação: “formação dos trabalhadores para atender as exigências do mercado e a alocação do trabalho a partir dos interesses do neoliberalismo, com suas contrarreformas e a financeirização do capital financeiro” (KUENZER, 2014, p. 24).

Diante desta disputa educacional, que se vincula à vida social e política, teóricos progressistas da EPT propuseram uma alternativa para a superação dessa dualidade da educação brasileira. Pensaram em fortalecer a EPT integrada ao Ensino Médio, até que se

consiga chegar a situações mais favoráveis em que realmente todos possam ter acesso à escola única e à educação superior. Sobre essa realidade educacional brasileira, Ramos e Ciavatta descrevem que:

Na atualidade, a carência de perspectivas de trabalho e renda para os jovens, principalmente, das classes populares, torna a educação profissional uma necessidade. No debate político e acadêmico, as políticas ambivalentes do poder público promovem a descrença na superação da dualidade e fragmentação no ensino médio e na educação profissional. Alimentam a disputa do consenso da sociedade e dos recursos públicos para a educação profissional, reduzida à funcionalidade ao mercado, ou para a travessia acidentada para a educação unitária, omnilateral, politécnica ou a formação integrada entre o ensino médio e a educação profissional como política pública (RAMOS, CIAVATTA, 2011, p. 36).

Gadotti (2004) também defende a escola única, popular e democrática. Nas suas diferentes interpretações, essa deve representar o ponto de vista dos educadores, dos trabalhadores e não o do capital e o do estado capitalista. “A escola é peça importante na conquista do poder autônomo cultural, social e político dos trabalhadores” (GADOTTI, 2004, p. 228).

Nesse processo, para se alcançar o cenário ideal, a educação profissional se vincula a outra perspectiva de desenvolvimento e de política pública, que demanda uma dupla articulação: com a educação básica e com a política de geração de emprego e renda. A expectativa social mais ampla é de que se possa avançar na afirmação da educação básica unitária e, portanto, não dualista, que articula cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direito de todos e condição da cidadania e democracia efetiva (FRIGOTTO, 2014, p.21).

Para Ciavatta (2014), políticas públicas nessa vertente visam garantir uma formação humana que supere a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, mas sim algo que busque propiciar à pessoa trabalhadora o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política.

3 DESENHO METODOLÓGICO

O estudo foi desenvolvido com base no método dialético, sob a *episteme* do estudo de caso etnográfico, centrado na “descrição densa” das vivências com o grupo. Ou seja, a partir da descrição densa, tem-se elementos para interpretação e elaboração de uma leitura da leitura que o grupo faz das suas vivências. (GEERTZ, 2008).

O problema investigado foi visto em perspectiva socioeconômica e cultural, como problema humano, inscrito na ordem dos dias e cuja dinâmica expressa contradições próprias das lutas de classe. Embora o marxismo clássico não tenha se ocupado, de forma detida, acerca do problema da mulher, das desigualdades fundamentadas no gênero, sua contribuição foi relevante para desnaturalizar e desessencializar a opressão feminina. Conforme expressa Clara Araújo:

De forma bastante concisa, caberia destacar como contribuições do marxismo ao feminismo o enfoque histórico e material, que permitiu a desnaturalização da subordinação da mulher, situando sua gênese num processo gerado nas e pelas relações sociais, em contextos socioeconômicos determinados; a interpretação da economia política em relação ao processo de trabalho capitalista e ao lugar do trabalho doméstico; e a análise sobre a ideologia, que oferece elementos para pensar outras dimensões das relações e dos conflitos sociais, para além dos vinculados à base material, mesmo quando mediados por esta (ARAÚJO, 2000, p. 65).

Por essas razões, consideramos o método dialético articulado à perspectiva de estudo de caso etnográfico adequado, pois permite aprofundar as análises dos impactos sociais do Projeto Empoderamento da Mulher do Instituto Federal de Rondônia. Também os estudos qualitativos, do ponto de vista sócio-histórico, valorizam os aspectos descritivos e as percepções pessoais, focalizam o particular como instância da totalidade social, procurando compreender os sujeitos envolvidos e também compreender o contexto (SILVA, 2005).

Para a coleta de dados, foram utilizados recursos e técnicas do estudo de caso etnográfico: observação participante, registros em caderno de campo, entrevistas semiestruturadas e encontros dialogados. Também procedemos à pesquisa documental, em que analisamos o projeto “Empoderamento da Mulher” e o Projeto Pedagógico do Curso – PPC de Corte e Costura, ambos de autoria do IFRO.

As análises foram ancoradas na teoria social do gênero, com o suporte de Scott (1995), Beauvoir (1970) e Bourdieu (2012), dentre outros/as e nos princípios e diretrizes nacionais da EPT, aos quais se acrescentou a ancoragem em Gadotti (2004), Freire (1987), Ramos (2014) e Frigotto e Araújo (2015). Buscamos compreender os discursos registrados e seus significados, bem como as formações discursivas que lhes perpassaram. Para isso, construímos um “mapa” do fenômeno: sobre o já dito no tocante à questão de gênero; a relação e a condição social das mulheres nos mais variados espaços sociais; a fala da mulheres/colaboradoras dessa pesquisa, ou seja, o seu olhar sobre si e a sua compreensão de mundo; também os olhares e os discursos dos executores do projeto (professores, coordenador, parceiros), a fim de construir mapa/discurso, partindo de um processo dialógico de montagem e desmontagem dos ditos/falas e escritos, sintetizando e separando os argumentos e as teses (PARAÍSO, 2014).

O estudo pormenorizado das práticas discursivas registradas nesta pesquisa, a apropriação criativa do referencial teórico escolhido, as observações registradas no diário de campo acerca do espaço social e dos encontros dialogados com as colaboradoras permitiram uma maior aproximação e compreensão do discurso, daquilo que é dito e não dito, do que é velado, das relações de poder e de nossas expressões e posições. Esse foi o substrato do qual partimos para construir o produto educacional, o qual é um Projeto Pedagógico de Curso FIC de Corte e Costura para dar continuidade à formação inicialmente recebida pelas egressas do curso de Corte e Costura ofertado pelo IFRO em Querência.

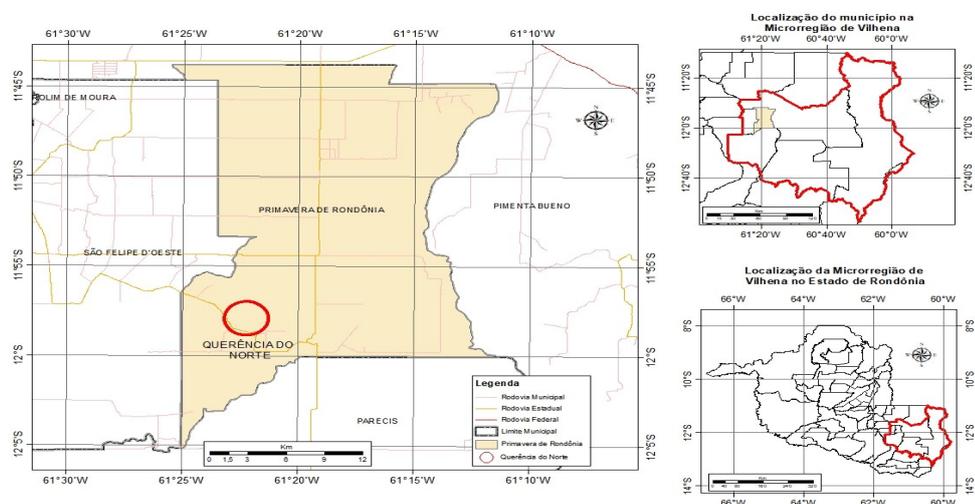
Esse produto está fundamentado nas demandas das egressas que colaboraram com esta pesquisa, bem como na análise das informações de documentos, relatórios do curso ofertado e nas entrevistas dos demais colaboradores (profissionais e parceiros que trabalharam no curso). Foi desenvolvido, portanto, em diálogo com as colaboradoras e colaboradores e está apenas a este trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Querência do Norte: notas de uma etnografia em botão

Os caminhos que nos levam à pequena Querência do Norte são de estradas estreitas, empoeiradas, com algumas curvas, entroncamentos, paisagens com pastagem de rebanho bovino e plantações de café e milho. Querência é um distrito rural de Primavera de Rondônia, no sul do Território Rural de Identidade Rio Machado, na microrregião de Vilhena.

Figura 01: Mapa da microrregião de Vilhena



Fonte: BRAMBILLA, 2019.

Lembro-me que, na primeira vez que fui a Querência do Norte, estava ansiosa para chegar, e a cada entroncamento pensava que já estava chegando. No receio de errar o caminho, pedi informações por três vezes aos moradores da região, que sempre se mostraram solícitos e atenciosos. Então, após lobrigar uma pequena mata e mais dois entroncamentos, avistam-se as primeiras casas do aconchegante vilarejo.

Por se localizar na divisa dos municípios de São Felipe d'Oeste e Primavera de Rondônia, há uma forte ligação comercial da população do distrito com os dois municípios. Também o Distrito, Querência do Norte, tem um perfil rural, harmônico com o do próprio território onde se insere, o Território Rural de Identidade Rio Machado, que se configura como um dos mais importantes polos da agricultura familiar do Estado de Rondônia.

Vale dizer que o processo de construção desse Território foi resultado de muitos anos de esforço e trabalho dos Colegiados Territoriais em Rondônia. A construção política desse território sob a base física que lhe dá suporte permitiu sua inserção no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (BRASIL, 2014), o qual lhe possibilitou o benefício de políticas públicas relevantes para o desenvolvimento rural sustentável.

No tocante à colonização desse território, deu-se por famílias provenientes de praticamente todas as regiões do Brasil, sendo assim marcada por uma cultura plural e de costumes variados. A escolha pela criação de bovinos, presente em grande parte das propriedades rurais, parece se dar em razão das vantagens econômicas que dela resultam, mas a maioria das propriedades são policultoras – produzem uma diversidade de gêneros agrícolas e se organizam em trabalho familiar.

Quando se chega à Querência do Norte, vindo por Primavera de Rondônia, as casas das 120 (cento e vinte) famílias ficam quase todas à direita. Lá paira a tranquilidade e o silêncio típico das ruralidades isentas de conflitos agrários, lugar de bem-viver, lugar de bem-querer, onde a imbricação ecológica gente-terra-animais-plantas dão colorido à vida.

Os lugares mais movimentados são as duas ruas do núcleo urbano, próximas às escolas: sendo uma municipal, que oferece a Educação Infantil e a outra estadual, que oferece o Ensino Fundamental e uma turma do Ensino Médio, do Programa de Mediação Tecnológica – MEDIOTE¹. Há no vilarejo pequenas mercearias, uma oficina de motocicleta, que é do esposo de uma das participantes dessa pesquisa, uma sorveteria, de propriedade da senhora

¹ Programa da Rede Estadual que tem por objetivo ofertar o Ensino Médio em lugares de difícil acesso, por meio de aulas à distância e o acompanhamento de um professor/tutor presencial, que orienta os alunos.

Edna Barbosa dos Santos Fernandes, costureira e egressa do curso FIC e outros pequenos estabelecimentos comerciais, todos administrados pela própria família.

A infraestrutura urbana é precária, não há saneamento básico, passeio público e poucas ruas são asfaltadas. O prédio onde foram realizadas as aulas do curso FIC de Corte de Costura é um espaço pequeno, com duas salas, uma cozinha e um banheiro. Ventiladores auditivos no teto se esforçam para tornar mais ameno o clima da sala de aula nas tarde ensolaradas de Primavera de Rondônia. Nesse espaço, ocorrem atividades e ações da Secretaria de Ação Social do município de Primavera de Rondônia. No período de trabalho de campo, observamos a realização de atividades de artesanatos e encontro semanal dos idosos. As fotografias abaixo permitem visualizar parte da estrutura do prédio.

Figura 02: Fachada do prédio **Figura 03:** Sala onde ocorreram as aulas



Fonte: FEBÁ, 2017.

Em frente a esse prédio, há uma praça com alguns bancos, um gramado mal aparado, onde as crianças brincam de bola, e têm árvores que formam uma gostosa e exuberante sombra. Na quadra abaixo se localiza a Igreja Católica que, como de costume, nas cidades interioranas em Rondônia, tem sempre uma praça em frente, com árvores e banquinhos que acolhem casais de namorados ou pessoas que desejam observar o movimento, descansar ou esperar a igreja abrir. Também há outras igrejas cristãs/evangélicas no Distrito, o que atesta o crescimento do protestantismo em Rondônia – movimento que ocorre também em todo o país.

Percebe-se no lugar uma identidade rural que resiste, um jeito rural de ser, expresso nas vestimentas e acessórios (cintos, chapéu, botas) e pelos assuntos conversados. Pude presenciar isso em uma das visitas, ao trocar palavras com um senhor morador, que estava sob sol exaltante, debulhando sementes de urucum (colorau), batendo cambão².

² Cambão é uma ferramenta utilizada na agricultura para coletar sementes.

Como o sol estava muito forte, disse a ele, de forma cortês, que se ele estivesse trabalhando na sombra iria ajudá-lo. Então, ele me disse, de forma simpática, que só pode fazer aquele trabalho sob o sol forte. Também falou que tinha uma plantação de colorau na sua chácara de três hectares e que seu produto era vendido na Feira do Produtor, na cidade de Pimenta Bueno.

Em Querência, há a Associação dos Produtores Rurais de Querência do Norte (APRUNQ), de que homens e mulheres participam. Essa Associação nasceu da fusão da antiga associação de mulheres e dos produtores rurais. Mas, segundo os relatos das entrevistadas nos encontros dialogados, com essa fusão as mulheres perderam espaço, pois os assuntos e os benefícios discutidos na Associação estão sempre voltados para as questões

de financiamento rural (de interesse, sobretudo, dos homens) e não há espaço para as demandas das mulheres. Com isso, elas perderam espaço para discutir temáticas de interesse feminino, como os cursos de capacitação para as mulheres.

A respeito da fusão das associações rurais, a senhora Maria do Carmo da Silva disse que a Associação (APRUNQ) atende mais aos interesses dos “produtores”, ou seja, as necessidades das propriedades rurais com financiamentos e apoio na produção rural em geral, e que, de certa forma as mulheres recebem alguns benefícios com isso (benefícios indiretos). Porém, Edna Barbosa dos Santos Fernandes reafirmou que não há ações voltadas diretamente para os interesses das mulheres, diferente de quando havia a associação das mulheres. Percebe-se nesse relato que houve nesse encontro uma reflexão sobre a necessidade de organização social das mulheres, mediante entidades que realmente as representem. Por isso, entendemos o quão importante se ter na proposta de curso FIC o componente curricular cooperativismo e associativismo.

Enfim, Querência do Norte é um lugar acolhedor, com uma dinâmica própria, marcada pelo trabalho rural que se repete cotidianamente. A comunidade é autossuficiente em vários aspectos, comercializa os excedentes nas feiras e mercados de Primavera e dos municípios vizinhos e com o dinheiro obtido adquire as demais mercadorias das quais necessita: arroz, óleo de soja, combustível, dentre outros. Lá ainda há propriedades sem luz elétrica, o sinal de telefonia celular ainda não chegou e há raros pontos de sinal de internet, todos particulares.

4.2 Um bosque de mulheres em flor

Na monumental obra de Proust (2006), encontramos o livro “À sombra das raparigas em flor”, uma metáfora da descoberta do amor e das complexas relações humanas em uma

sociedade de classes, burguesa e patriarcal. “Um bosque de mulheres em flor” é a metáfora que escolhemos para abrigar nosso relato etnográfico sobre as colaboradoras da pesquisa. O bosque como espaço organizado, como território em que a presença humana estabelece suas regras e age de modo a transformar a natureza. “Mulheres em flor” como metáfora da resistência, como persistência da vida que floresce apesar das adversidades.

Podemos utilizar muitos adjetivos para caracterizar as mulheres que vivem na pequena Querência do Norte. Mas começaremos pelo que mais nos impressionou – a capacidade de serem solícitas, pois desde o primeiro contato que tive com a senhora Janete Maria, a mesma foi muito atenciosa e disposta a auxiliar na pesquisa.

A receptividade das demais mulheres, suas ações para me fazerem sentir confortável, a delicadeza em doarem seu tempo para participar das entrevistas, dos encontros e mesmo para conversar, são experiências que não esquecerei.

Gentileza e delicadeza são atributos que a sociedade patriarcal espera das mulheres, mas tais adjetivos percebidos nas colaboradoras não foram interpretados como representação forjada para agradar a sociedade dos homens, e sim como atitude de sororidade (COSTA, 2009), expressa por mulheres que me reconheceram como igual e se dispuseram a ajudar.

Por ser uma comunidade em que a economia gira em torno da agricultura familiar e da pecuária, a rotina diária das mulheres está voltada em conciliar seus afazeres domésticos: cuidado com os filhos, com a casa e com o trabalho no campo. Nas pequenas e médias propriedades, o trabalho das mulheres no espaço rural se faz muito necessário, sobretudo nos períodos da colheita de café, cacau, urucum e outras culturas, e também no cuidado com o gado, em especial na ordenha.

Porém, nem todas as mulheres de Querência costumam trabalhar no campo, haja vista que algumas têm situação financeira razoável, outras realizam atividades remuneradas com trabalhos em atividades tipicamente femininas, como: vendas de produtos de beleza, vendas de artigos de cama, mesa e banho, e prestando serviços como costureira, manicure e diarista. Há também aquelas que trabalham em pequenos estabelecimentos familiares no comércio local.

A respeito das mulheres que participaram do curso FIC, a escolarização dessas mulheres se mostrou bem heterogênea, pois a maioria tinha o Ensino Fundamental incompleto, outras, o Ensino Médio incompleto e completo e algumas o Ensino Superior. A faixa etária também é bem diversa: com mulheres jovens, mulheres de meia idade e senhoras da terceira idade.

Quanto ao perfil econômico, a maioria era mulheres de baixa renda, mas também havia algumas com situação financeira confortável. Essas constatações foram realizadas no momento das entrevistas e também nos dois encontros dialogados, tendo sido expressas nas entrevistas:

Assim... Aqui têm meninas que fizeram o curso que têm faculdade, as mais jovens... E também tem senhorinha, né, que mal sabe escrever, então, foram difíceis as aulas, principalmente de matemática e português, porque teve algumas que tiveram muita dificuldade. Aí os professores, para ajudar todo mundo, faziam grupinhos (Janete Maria, servidora da SEMAS. Entrevista concedida a Simone Leite de Freitas, 2019).

Havia somente mulheres, faixa etária entre 18 a 75 anos, boa parte residia na zona rural e todas comercializavam algum produto/serviço. A maior dificuldade foi levar as alunas a quebrar o paradigma... Acreditar que elas eram capazes de aprender o que estava sendo ensinado, pois a maior parte delas estava longe da sala de aula há muitos anos. (Andreia Febá, professora do componente curricular Empreendedorismo. Entrevista concedida a Simone Leite de Freitas, 2019).

Essa heterogeneidade das estudantes pode ser vista na figura 4.

Figura 04: Alunas do Curso FIC de Corte e Costura



Fonte: FEBÁ, 2017.

No tocante às atividades profissionais, ao serem questionadas sobre o assunto, as colaboradoras descreveram as atividades que já exerceram/exercem:

Sempre trabalhei no sítio, na roça mesmo. Teve uma época que saí daqui para a cidade, na busca de atendimento para o meu filho, que é especial. Eu achava que na cidade tudo ia mudar, que eu ia encontrar a solução para todas as minhas angústias, mas não foi assim... Mas, agora ele tem o atendimento que necessita, hoje mesmo o levei a Primavera de Rondônia. Mas meu tempo todo foi em sítio, foi trabalhar no pesado, mesmo sendo mulher. Agora mexo com costura, tem essa sorveteria, não é grande coisa, porque o lugar é pequeno, mas ganho um dinheirinho. São atividades profissionais que consigo conciliar: eu consigo trabalha e ser mãe e dona de casa. A minha filha me ajuda em casa e na sorveteria. E ainda de manhã cedo primeiro passo na mangueira tirar leite e tal, isso porque tenho a casa aqui e um sítio. (Edna Barbosa dos Santos Fernandes, egressa do curso de Corte e Costura. Entrevista concedida a Simone Leite de Freitas, 2019).

Eu faço diária no sindicato rural, estou como secretária geral lá, mas não tenho carteira assinada. Também cuido de casa e ajudo nos serviços na roça, e às vezes faço bolos confeitados, sempre pego umas dicas da internet. (Elaine da Silva,

egressa do Curso de Corte de Costura. Entrevista concedida a Simone Leite de Freitas, 2019).

Quando era solteira eu trabalhava muito na casa do outros, em loja... Aí quando me casei vim morar aqui. Hoje ajudo na oficina do meu esposo e trabalho como voluntária na escola, no programa Amigo Voluntário do Educando. Na escola, eu trabalho todos os dias e recebo um auxílio financeiro por dias trabalhados. (Lúcia Rodrigues dos Santos Ribeiro – 39 anos, egressa do Curso de Corte de Costura. Entrevista concedida a Simone Leite de Freitas, 2019).

Nos excertos das entrevistas acima apresentados, vemos as dificuldades de se conciliar o trabalho doméstico, reprodutivo, com as atividades profissionais remuneradas, e as dificuldades de transcender a esfera privada. O acesso ao mundo do trabalho remunerado é desafiador e as posições mais confortáveis parecem depender do estudo, como se depreende nas narrativas registradas. Assim, tanto a Edna quanto a Elaine buscam obter renda com várias atividades que envolvem o trabalho no campo e a prestação de serviços na área urbana do Distrito. Há também outro fator relevante nessas falas, que é a precarização do trabalho, e, em especial, o feminino – pois Elaine é diarista e não tem carteira assinada, apesar de trabalhar em um sindicato, onde faz tanto a faxina quanto o serviço de secretariado, e Lúcia exerce um trabalho voluntário parcialmente remunerado, uma espécie de subemprego, sem qualquer direito trabalhista.

A esse respeito, Puga (2019) afirma que as mulheres ampliaram sua presença no mundo do trabalho (formal e informal) em várias atividades. Contudo, as mulheres comparadas aos homens, continuam ocupando cargos de menor remuneração, em empregos precários e subempregos, sendo mais atingidas pelo desemprego que os homens.

Para melhor descrever e evidenciar o perfil das mulheres que participaram dessa pesquisa e do curso FIC, veja as informações no quadro:

Quadro 1: Perfil da egressas do Curso FIC de Corte e Costura

Idade	Atividade profissional	Escolarização	Naturalidade
66 anos	Lavadora	Ensino Fundamental incompleto	Minas Gerais
45 anos	Costureira, trabalha na sorveteria e cuidados com rebanho de gado leiteiro.	Ensino Médio incompleto	Paraná
34 anos	Diarista e lavadora	Ensino Fundamental	Paraná
36 anos	Manicure e artesanatos.	Ensino Fundamental	Mato Grosso do sul
22 anos	Vendas de produtos variados.	Ensino Médio incompleto	Rondônia
39 anos	Trabalha na oficina da família, e é voluntária remunerada.	Ensino Médio e curso técnico de enfermagem.	Paraná

Fonte: Simone Leite de Freitas (2020)

Percebe-se o universo diverso e a peculiaridade de cada mulher, porém ao mesmo tempo se tem pontos de encontro e de vivências muito similares, isso em razão da imposição cultural da condição social da mulher, bem como pela ausência do Estado na oferta de políticas públicas intersetoriais de combate à desigualdade de gênero, social e de ações que fomentem o desenvolvimento rural sustentável.

As mulheres de Querência são fortes, vivenciaram/vivenciam de alguma forma situações de desigualdade de gênero e apesar das interdições que sofrem conseguem enxergar o mundo com otimismo. Os sentimentos que demonstram são de proteção aos filhos e de doação de suas vidas à família. Isso ficou nítido na atividade “mapa da vida” realizada no encontro dialogado, pois os cartazes por elas produzidos, tanto o que representava “quem sou” como “o que desejo para o futuro” giravam em torno da vida familiar. Expressões como: “A felicidade da família é a minha realização pessoal” foram marcantes nessa atividade. A família é representada como o valor mais relevante de suas vidas. Nesse sentido, notou-se que o cuidado e bem-estar dos filhos ocupam o primeiro plano de suas preocupações, e isso deve ser respeitado ao se propor qualquer atividade direcionada a elas. Os formatos e os horários das atividades propostos precisam considerar suas especificidades e ocupações na vida familiar e social.

Figura 05: Apresentação do Cartaz Mapa da Vida



Fonte: Simone Leite de Freitas (2020)

Além disso, nos encontros dialogados e nas entrevistas, as colaboradoras indicaram que o Curso FIC de Corte e Costura contribuiu para a formação de competências técnicas e propiciou, por meio do componente curricular Direito da Mulher, um repensar sobre a situação da violência contra as mulheres e a necessidade de recomeçar a vida escolar. Muitas demonstraram isso nas suas falas:

Quando eu era jovem meu sonho era ser professora, e ainda tenho esse sonho. Tenho muita vontade de ser professora de matemática, porque matemática parece ser uma

matéria tão gostosa, né? (Ana Lucia Alves, egressa do curso de Corte e Costura. Entrevista concedida a Simone Leite de Freitas, 2019).

Quero concluir o Ensino Médio, estou tentando, mas não consegui ainda. Fiz umas provas no supletivo só que ainda faltam cinco matérias para eu terminar. Quero concluir o Ensino Médio, porque quero fazer uma faculdade, mas está um pouco difícil... (Elaine da Silva, egressa do Curso de Corte e Costura. Entrevista concedida a Simone Leite de Freitas, 2019)

Parei de estudar no 9º ano. Com 16 anos casei e tive minha filha. Voltei a estudar em 2018 depois que fiz esse curso de Corte e Costura. Terminei o 9º ano, e no ano passado iniciei o 1º ano do Ensino Médio. Eu tinha medo de voltar a estudar porque os alunos que estudaram aqui comigo, alguns estavam começando a faculdade e eu tinha que começar tudo de novo, tendo marido e filha pra cuidar. (Joslaine Domingos dos Santos Damascena, egressa do Curso FIC de Corte de Costura. Entrevista concedida a Simone Leite de Freitas, 2019).

Esses relatos transparecem sonhos frustrados pela interrupção do processo educacional, pelo casamento, pela maternidade, bem como transparecem o entendimento acerca da necessidade de dar continuidade aos estudos. E isso é um dos objetivos do Projeto Empoderamento da Mulher: levar às mulheres a oportunidade de ampliar a escolaridade, concomitantemente ao processo de qualificação profissional. Ao que indica, o curso encorajou algumas dessas mulheres a voltarem para a escola.

Com base nas entrevistas realizadas e nas observações em campo, constatou-se que o curso FIC de Corte e Costura ofertado em Primavera de Rondônia, no Distrito de Querência do Norte proporcionou a algumas egressas novas oportunidades de inserção no mundo do trabalho, como costureiras autônomas que trabalham a partir de encomendas recebidas em suas casas. Por outro lado, a participação no espaço social permaneceu sem alterações, salvo pelo fato de que algumas demonstrem agora posições mais críticas quanto às relações de gênero.

As principais dificuldades enfrentadas pelas egressas no curso de Corte e Costura se deram não em relação ao corte e à costura, mas em relação ao núcleo básico do curso: Português, Matemática e Direitos da Mulher. Isso pode ser atribuído a fatores como: baixa escolaridade, muitos anos distantes da escola, caráter condensado do curso e da capacidade da disciplina Direitos da Mulher em evocar lembranças e experiências dolorosas.

Quanto aos fatores de fraquezas e oportunidades do curso FIC de Corte e Costura, ofertado em Primavera de Rondônia (Matriz SWOT), seguem expressos no quadro 2.

Quadro 2: Matriz SWOT do curso

Ambiente Interno	Forças	Fraquezas
	Ter sido realizado na comunidade	Disciplinas condensadas
	Não se limitar à parte técnica	Descontinuidade do curso (não

	Ter potencial em gerar renda	ter tido formação continuada)
	Disciplinas do núcleo comum	
Ambiente Externo	Oportunidades	Ameaças
	Aprendizagem	Falta de financiamento
	Valorização da mulher	Mudanças na política
	Emprego e renda	
	Terapia ocupacional	
	Retomar os estudos	

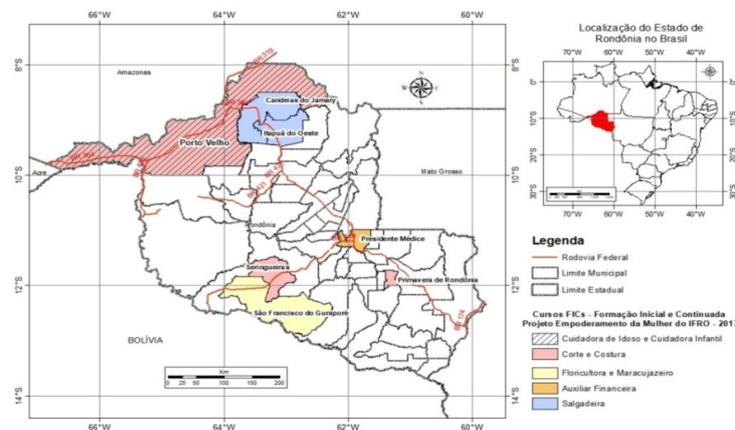
Fonte: Simone Leite de Freitas (2020).

4.3 O Projeto Empoderamento da Mulher

O Projeto Empoderamento da Mulher, concebido e desenvolvido pelo IFRO por meio de sua Pró-Reitoria de Extensão, faz parte das políticas públicas de enfrentamento da questão da desigualdade de gênero. Ele segue o perfil do Programa Nacional Mulheres Mil, em parceria com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, criado pela Portaria nº 1.015, de 21 de Julho 2011, que visa à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social, especialmente das regiões Norte e Nordeste do país (MEC, 2011).

No ano de lançamento do projeto, em 2017, a meta era atender 500 mulheres com cursos FIC. Foram ofertados os Cursos de Corte e Costura (nos Municípios de Primavera de Rondônia, Seringueiras e Porto Velho), Fruticultora do fruto do Maracujazeiro (em São Francisco do Guaporé), Auxiliar Financeira (em Presidente Médici), Salgadeira (em Candeias do Jamary e Itapuã do Oeste) e Cuidadora de Idoso e Cuidadora Infantil (ambos em Porto Velho). Veja no mapa a seguir essa distribuição.

Figura 6: Mapa onde foram ofertados os cursos FICs



Fonte: BRAMBILLA, 2019.

No final do primeiro ano do projeto, foram atendidas 10 turmas com quantitativos entre 20 e 40 estudantes, envolvendo 06 cursos, atingindo em parte a meta inicial que era atender 500 mulheres. Observa-se que se buscou atingir municípios do interior, fora do eixo BR 364 e em locais distantes dos *Campi*, como é o caso dos municípios de Primavera de Rondônia, Seringueiras e São Francisco do Guaporé. O apoio do NEDET foi primordial para que essa interiorização da oferta dos cursos se efetivasse, pois foram os coordenadores desses Núcleos que realizaram o levantamento e qualificação das demandas, a mobilização social e os contatos com parceiros e apoiadores locais para suporte aos cursos.

Essa interiorização da oferta de curso em municípios considerados de difícil acesso é relevante, pois praticamente inexistem políticas públicas de oferta de Educação Profissional e Tecnológica nessas áreas. Isso fica evidente nas falas dos participantes dessa pesquisa:

Eu acho que podia vir um novo curso de corte e costura para nos aperfeiçoarmos mais, né? (...) Acho que cursos de salgado, de cabeleireira, de estética também seriam bons. Aqui é um lugar muito simples, quase não temos opções de qualificação profissional (Janete Maria, servidora da SEMAS. Entrevista concedida a Simone Leite de Freitas, 2019)

Sugiro que continuem ofertando cursos nesses distritos/cidades distantes, desde que sejam cursos voltados para a realidade local, pois a população dá valor e abraça a causa, devido à escassez de cursos gratuitos (Andreia Febá – professora do curso FIC de Corte e Costura. Entrevista concedida a Simone Leite de Freitas, 2019)

Eu vejo a oferta de cursos pelo IFRO como uma grande oportunidade, porque é uma maneira de incentivar e de abrir horizontes, de ajudar a superar a violência contra a mulher, de superar a pobreza... É como se fosse um renascer, pois muitas pessoas que vão participar desses cursos estão sem perspectivas, então a partir dali elas vão ter um novo olhar e elas vão ver, a partir desses cursos, que têm capacidade (Gilson da Silva – coordenador dos cursos FIC do Campus Cacoal. Entrevista concedida a Simone Leite de Freitas, 2019).

Observa-se, assim, a manifestação pela continuidade da oferta dos cursos nas comunidades rurais, em especial a formação continuada em Corte e Costura. A Dona Janete e a professora Andreia Febá apontam para a necessidade de ofertar outros cursos, sobre o argumento da escassez de políticas públicas de EPT no interior. Já o Coordenador destaca a possibilidade de ampliar horizontes como um dos benefícios do projeto Empoderamento da Mulher, e para as egressas, o desejo de continuar na área, aperfeiçoando-se foi registrado em diversos momentos do estudo.

A proposta do projeto em comento, no que concerne aos motivos justificadores de implantação, visa atender especificamente o público de mulheres que se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental, incluindo as mulheres de comunidades indígenas, as mulheres rurais e de assentamentos, aquelas que vivem em áreas de difícil

acesso ou com poucas oportunidades de formação, as privadas de liberdade e as envolvidas em programas de atendimento específico. O projeto também previu a possibilidade de acolhimento de sujeitos de sexo masculino que apresentarem identidade de gênero feminina, mediante requerimento.

Inicialmente, também se verificou que o curso ofertado em Querência era para ser ofertado no município de São Felipe, mas por não ter conseguido máquinas de costura suficientes e números suficiente de interessadas, o vice-prefeito, à época, Senhor José Mendes, procurou a senhora, Janete Maria, para que o curso fosse ofertado em Querência. Por isso, é importante repensar o processo de comunicação do IFRO com aos atores territoriais na busca de aprimorá-lo, como também as parcerias precisam ser atualizadas, de modo a se ter claro quais as possibilidades e responsabilidades de cada uma das partes.

No âmbito organizacional, no IFRO, o Projeto esteve vinculado aos seguintes executores e colaboradores: a) Equipe da Pró-Reitoria de Extensão do IFRO: responsável pela coordenação-geral dos cursos; b) Departamentos de Extensão dos *Campi*: coordenação dos cursos sob a responsabilidade da sua unidade e c) Entidades parceiras: responsável pelo levantamento de demanda.

No ano de 2018, o projeto passou por reformulações sendo que os objetivos específicos ficaram assim expressos:

Objetivos específicos: a) concluir a meta inicial de atendimento a 500 mulheres no Projeto; b) ampliar a meta de oferta, para maior alcance de público-alvo e maior diversificação de cursos e c) atender a demandas reprimidas e reclamadas pelas entidades de classe e representativas das mulheres em vulnerabilidade. Já as metas foram assim dimensionadas: 1 Atender novas 10 turmas, contemplando 20 a 40 estudantes por turma, em cursos diversificados e em vários locais do Estado, especialmente onde ainda não houve oferta pelo projeto; 2 Atender a até 500 novas estudantes, condicionalmente ao levantamento de demandas e características dos cursos, cuja dinâmica de oferta orientará o volume de estudantes por turma. Serão atendidas ainda 2 novas turmas da meta inicial (IFRO, 2018).

Além disso, o processo de elaboração e implementação do projeto embasou-se em estudos e critérios de demandas territoriais concretas levantadas pelos NEDET, outra política pública vinculada à SPM e ao antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário, que realizou profícuo trabalho de pesquisa e extensão social nos territórios rurais e territórios da cidadania em Rondônia, nos anos de 2014 a 2018.

A nosso ver, contudo, não ficou detalhado como foi o procedimento de escolha dos cursos FICs, pois a pesquisa e extensão social nos territórios rurais e territórios da cidadania em Rondônia realizada pelo NEDETS deu subsídios com relação às demandas nesses territórios e não sobre quais cursos deveriam ser ofertados. Demandas específicas podem ter

sido encaminhadas diretamente ao IFRO pelos sindicatos rurais e pelas diretorias dos colegiados territoriais, mas não foi possível acessar essas informações.

4.4 O Projeto Pedagógico do Curso FIC de Corte e Costura: uma análise

O texto introdutório do Projeto Pedagógico do Curso FIC de Corte e Costura executado no distrito de Querência traz a informação de que Primavera de Rondônia apresenta Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) mediano. O município conta com pequeno número de empresas e indústrias, escassas oportunidades formativas e de geração de emprego e renda. Está localizado a menos de 30 km de Pimenta Bueno, cidade polo da indústria têxtil de Rondônia. Segundo a proposta, o curso contribuiria com esse Arranjo Produtivo Local – APL, na medida em que qualificaria profissionais do ramo da confecção; por outra via, ampliaria as oportunidades de trabalho e renda.

O referido curso foi ofertado no ano de 2017, com uma carga horária de 160 horas, contemplando o eixo tecnológico “Produção Cultural e Design”, na modalidade presencial. A escolaridade mínima exigida para a matrícula no curso foi Ensino Fundamental II Incompleto, o que corresponde às séries finais do Ensino Fundamental (sexto ao nono ano). O curso foi ofertado mediante edital e o número de vagas disponibilizado foi de 40 (quarenta).

Na justificativa do projeto, há primeiramente uma descrição das possibilidades que o curso almeja oferecer às concluintes: acesso ao trabalho, emprego e renda, mediante competências de corte, costura e modelagem em tecidos; melhoria do currículo e experiências práticas relevantes para o trabalho na indústria criativa, no ramo de confecções.

O objetivo geral do curso propunha qualificar profissionais com conhecimentos teóricos e práticos para realizar corte de diferentes modelos e operar máquina de costura em observação às normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde. Já na metodologia, estão as seguintes orientações: respeitar a subjetividade das alunas, valorizar os conhecimentos que trazem consigo, contextualizar os conhecimentos, utilizar de procedimentos de aulas expositivas e dialógicas e propor atividades diversificadas nos momentos de aprendizagem e também na avaliação.

A organização curricular foi estruturada em dois eixos: o Eixo I – intitulado “Formação Geral” contempla as disciplinas Direitos da Mulher, com carga horária de 10 horas; Português Instrumental, com a carga horária de 20 horas; Matemática Aplicada, com carga horária de 20 horas e Empreendedorismo, também com carga horária de 20 horas. O Eixo II – “Formação Específica” envolve as disciplinas de Desenho e Prática de Corte, com carga horária de 20

horas, e Costura e Modelagem, com carga horária de 80 horas.

As disciplinas do Eixo Formação geral, embora de carga horária reduzida, são uma oportunidade reflexiva acerca dos direitos da mulher, da retomada e/ou aprofundamento de conhecimentos acerca da Língua Portuguesa e da Matemática e do Empreendedorismo (que dado o perfil da comunidade poderia ter sido substituído por Cooperativismo, uma disciplina mais prática que favoreceria a organização social das mulheres em cooperativa de operacionalização de corte, costura e comercialização de seus produtos). O PPC inicial, elaborado pelos extensionistas do NEDET Rio Machado, previa a disciplina de Cooperativismo, ao invés de Empreendedorismo, mas essa foi substituída na Pró-Reitoria de Extensão, quiçá por pressão externa de alinhar o discurso do curso ao do novo governo.

A proposta contida no projeto do referido curso evidenciou o compromisso do IFRO em promover a inclusão produtiva e econômica de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Preocupou-se em intercalar a parte técnica, profissionalizante, com conhecimentos específicos e úteis à vida social, como os direitos da mulher, a Matemática básica e a Língua Materna (em perspectiva instrumental). Esses dois últimos componentes curriculares são basilares para a construção das competências esperadas com o curso, e também relevantes para atualizar conhecimentos e a retomada dos estudos. Por si só, contudo, a oferta de tais componentes curriculares não é suficiente para promover o retorno dessas mulheres aos processos formais de ensino. Seria necessário prover condições de acesso à escola, incluindo o transporte, o suporte com a prole, e o suporte acadêmico para assegurar a permanência e o êxito.

No que se refere à opção por ofertar o Curso de Corte e Costura, considerou-se o estudo do arranjo produtivo e da situação socioeconômica da microrregião; foram também consideradas informações colhidas junto aos sindicatos rurais, que indicavam uma preferência das mulheres por esse curso. Há uma frase na justificativa que diz que “[...] devemos respeitar os anseios e o direito de escolha das mulheres. Partindo-se do pressuposto de que as mulheres devem ter o direito de escolher o que considerarem adequado para si, a demanda é justa e legítima” (IFRO, 2017, p. 08). Aqui se evidencia, nas entrelinhas, a preocupação da instituição ofertante em justificar, perante a sociedade a oferta de um curso tradicionalmente disponibilizado às mulheres, considerado antiquado e conservador por muitos, como proposta de empoderamento.

Sem dúvida, há que se respeitar a vontade das mulheres, elas são sujeitos de sua própria vontade e tem o direito de requerer quais cursos desejarem. Contudo, não há indícios no documento de que as mulheres tenham sido de fato ouvidas para o registro da demanda, pois

os sindicatos rurais, em sua maioria, são dirigidos por homens, e mesmo o Colegiado Territorial do Rio Machado, que possui composição paritária quanto ao gênero, tem sua diretoria formada exclusivamente por homens.

Há que se destacar, ainda, quanto ao argumento da justificativa do projeto, que nem toda vontade é livre, essa pode estar viciada por circunstâncias e contextos socioculturais que não lhes permitem traduzir certas vontades e necessidades, levando à adesão ao que é comum e oferece conforto e segurança emocional.

Do ponto de vista histórico, é preciso considerar ainda como a máquina de costura conquistou mulheres trabalhadoras de todo o mundo, tornando-se objeto de desejo das mesmas. Michelle Perrot (1998) esclarece que, quando as mulheres ingressaram no universo fabril, revelaram-se uma força de trabalho perigosa, pois sensível às injustiças; capazes, portanto, de protestos inimagináveis contra os detentores e administradores dos meios de produção. Sua “pacificação”, naquele contexto, se daria com o advento da máquina de costura, tecnologia que lhes seduziu por possibilitar produzir a partir do espaço doméstico: era possível obter renda conciliando o cuidado dos filhos e o trabalho doméstico.

Também não podemos negar que as mulheres ao longo da história foram reduzidas às suas funções sociais. Touraine (2006) afirma que a história das mulheres e sua subjetividade foram negadas. Sobre a escuta das vozes das mulheres, diz o autor:

[...] em todos os domínios e em todas as partes do mundo, há a necessidade que sentimos de escutar as vozes, de analisar as acções colectivas que assumem os seus direitos fundamentais, nomeadamente quando são esmagadas pelas forças do mal, aquelas que impõem valores, normas e formas de vida às mulheres, em nome de um interesse superior ou da pretensa superioridade “natural” dos homens (TOURAINÉ, 2006, p.252).

O ato de escutar as vozes das minorias é desafiador, pois implica em ir além do que já foi dito, superar crenças e pré-conceitos, já que essa fala pode estar eivada pela imposição de valores, normas e formas cristalizadas do discurso do dominador sobre o dominado.

Beauvoir alerta para a influência e as consequências da prevalência do gênero masculino sobre o feminino, afirmando que “no passado toda a história foi feita pelos homens. No momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens. Eles bem o sabem, elas mal duvidam” (BEAUVOIR, 1970, p. 16). Em adendo, a libertação das mulheres será obra das próprias mulheres (BEAUVOIR, *op. cit.*), o que não exclui o compromisso dos entes públicos em fomentar políticas públicas que dialoguem com os desejos e necessidades das mulheres.

Acrescenta-se a isso que, por força da repetição dos discursos e dos hábitos, ainda

persiste a crença de que determinados cargos ou funções devem ser desempenhadas por homens e outras por mulheres, vinculando-os a uma pretensa natureza. Com isso se reforça a preponderância masculina na esfera produtiva e a limitação das mulheres na esfera reprodutiva. Nessa perspectiva, têm-se dois princípios organizadores da divisão social do trabalho: o princípio de separação (trabalho de homens e trabalho de mulheres) e o princípio de hierarquização (o trabalho do homem “vale” mais do que o trabalho da mulher) (HIRATA; KERGOAT, 2007).

A divisão sexual do trabalho é reforçada principalmente no âmbito familiar, sendo esta a primeira instituição a legitimar a dominação masculina. Conforme o Dicionário Crítico de Gênero, “é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem” (TEDESCHI, 2019, p. 83).

Assim, podemos deduzir quais os motivos que levaram as mulheres a “escolher” o curso de Corte e Costura: tradicionalmente, a costura, trabalho manual, está relacionada aos afazeres domésticos, função desenvolvida historicamente por mulheres, e é uma atividade que pode ser desempenhada desde o espaço doméstico, evitando seu deslocamento para a esfera pública e possibilitando a conciliação do trabalho reprodutivo com o trabalho economicamente rentável.

Por isso, entendemos que as políticas públicas são importantes para fomentar na sociedade ações que visem à equidade de condições entre homens e mulheres e de educar para a superação de comportamentos e atitudes que reforçam o pensamento sexista e a reprodução simbólica da violência masculina sobre os corpos e subjetividades femininas.

Nossa sociedade adota um modelo de organização capitalista, e esse tem passado por um processo de mutação no que se refere às relações de trabalho. Essas mudanças têm levado muitos trabalhadores para o chamado trabalho de tempo parcial, e deslocado muita gente para a informalidade – “o chamado trabalho por conta própria”. São exatamente as mulheres as que mais sofrem com essas mudanças e arranjos capitalistas de precarização da vida.

Essa precarização leve as pessoas ao trabalho informal e as mulheres são as que mais sofrem com a informalidade. Nesse mundo da informalidade, prevalecem os trabalhos relacionados ao ambiente doméstico, “por exemplo, costurar para fora, confecção de doces e salgados, trabalho doméstico remunerado, venda direta nas casas e na rua de produtos confeccionados por si mesma ou por indústria de cosméticos ou de confecção” (HIRATA, 2008, p.20).

Feitas essas contextualizações, entendemos ser necessário retomar a análise documental, aprofundando a proposta curricular contida no PPC do Curso. Destarte, do ponto

de vista metodológico, o PPC apresenta orientações aos professores para que o trabalho pedagógico prime por atividades colaborativas, planejamento que respeite a subjetividade das alunas, contextualização dos conhecimentos, que se utilize de aulas expositivas e dialógicas e atividades diversificadas nos momentos de aprendizagem e também de avaliação.

Já a organização curricular está fundamentada em uma proposta multidisciplinar, distante de uma proposta de ensino integradora e interdisciplinar. Quanto a esse aspecto, Ramos (2014) defende que a proposta de educação integral e unitária deve fundamentar-se no trabalho como princípio educativo e na educação como prática social, pois a educação profissional não é só ensinar a fazer e preparar para o mundo do trabalho, mas promover a compreensão das dinâmicas socioprodutivas das sociedades modernas.

A autora supracitada também afirma que, na formação humana unitária, o trabalho pedagógico deve restabelecer as relações dinâmicas e dialéticas entre os conceitos, de modo que o objeto a ser conhecido revele-se gradativamente em suas peculiaridades próprias. Desse modo, a expectativa é que a organização curricular propicie uma formação plena, o que constitui um sério desafio pedagógico:

Como podemos proporcionar compreensões globais, totalizantes da realidade a partir da seleção de componentes e conteúdos curriculares? Como orientar a seleção de conteúdos no currículo da formação integrada? A resposta a tais perguntas implica buscar relacionar partes e totalidade. Isso significa identificar componentes e conteúdos curriculares que permitam fazer relações sincrônicas e diacrônicas cada vez mais amplas e profundas entre os fenômenos que se quer 'apreender' e a realidade em que eles se inserem (RAMOS, 2014, p. 107).

Para uma educação integral a interdisciplinaridade, a contextualização e a transformação social são elementos essenciais (FRIGOTTO; ARAÚJO, 2015). A operacionalização de tais elementos demanda reflexão e ação, teoria e práxis na própria duração, porque é na experiência do tempo que fazemos a história e que fazemos a nós mesmos enquanto seres histórico-sociais (FREIRE, 1987).

Assim, uma educação unitária com foco no ensino integrado requer pensar coletivamente e interdisciplinarmente, com base em projetos e em bibliografia rica e pertinente. As ações devem estar fundamentadas na produção coletiva do projeto pedagógico, com a participação dos sujeitos do processo do ensino-aprendizagem. No caso do PPC em análise, demandaria a participação dos professores/as e das alunas. Diante do exposto, propostas pedagógicas com ementas pré-estabelecidas, externas à participação dos atores que atuarão no processo, não favorecem a educação unitária integral.

Entendemos que seguindo essa perspectiva de educação temos fundamentos para superar os desafios apontados nos relatórios do curso de Corte e Costura. No relatório da

professora Débora Souza Araújo, ela indicou como principal desafio pedagógico o perfil heterogêneo da turma com relação à escolarização, pois havia alunas semianalfabetas e até alunas com nível superior. Diante dos desafios encontrados pela docente, a alternativa vislumbrada foi a de trabalhar atividades em grupo, de modo a equilibrar os níveis de competências acadêmicas (IFRO, 2017).

Por esse relato, defendemos que os professores e os coordenadores dos cursos poderiam ter mais subsídios para o seu planejamento se pudessem realizar um diagnóstico inicial com o grupo de estudantes, principalmente num curso de curta duração; fazer um levantamento prévio do perfil, necessidades e expectativas dos estudantes facilita no planejamento e nas metodologias de ensino, bem como na possibilidade de ser propor atividades integradoras entre os componentes curriculares.

Outro ponto levantado diz respeito às condições de infraestrutura do local do curso – uma estrutura “amigável”, uma sala mediana com dois ventiladores de parede, sendo um deles muito auditivo, duas mesas longas (de refeitório), cadeiras plásticas e um quadro branco cedido pela escola municipal, que ficou sendo sustentado por duas cadeiras (IFRO, 2017).

Novamente, ressaltamos a necessidade de um contato prévio dos professores com a realidade na qual irão trabalhar, até para compreender e saber quais as limitações estruturais e assim pensar nas atividades que poderão ser desenvolvidas.

No relatório final do curso, o coordenador, professor Gilson Divino Araújo da Silva, enfatizou que as dificuldades pedagógicas mais evidentes foram configuradas pela heterogeneidade da turma, no quesito da diferença de idade das estudantes, como também no nível de conhecimento da educação formal, pois algumas eram alfabetizadas e outras não, embora o PPC exigisse o nível Fundamental II para matrícula. Ele ressaltou a dedicação das estudantes e dos professores (IFRO, 2017).

Acresce-se a tudo isso que a proposição de políticas públicas de enfrentamento das desigualdades de gênero é necessária, mas são inúmeras as minudências a serem pensadas, principalmente quando a demanda é tão peculiar e complexa. Por isso a importância de se criar mecanismo de autoavaliação e reflexão sobre as ações, a fim de implementar medidas de ajustes.

4.5 Educação Profissional Tecnológica e a questão de gênero

As desigualdades de gênero perpassam todo o tecido social, estando também presentes na seara da Educação Profissional e Tecnológica. Nas tramas complexas da cultura ocidental,

foi negado sistematicamente às mulheres o direito à igualdade de oportunidades, o direito de escolha sobre o próprio futuro profissional e o direito à igualdade na diferença. Por muito tempo, nem mesmo o direito à educação lhes foi garantido.

Esse cenário desfavorável às mulheres vem se alterando ao longo do tempo, em razão das lutas travadas pelas diversas expressões do movimento feminista, pelo avanço da democratização, por mudanças no sistema produtivo e por novo perfil educacional das mulheres. Dialeticamente, Bourdieu (2012) afirma que alguns fatores foram determinantes na mudança da condição social da mulher, tais como o aumento da escolaridade e seus desdobramentos sobre a vida econômica e a estrutura familiar.

Para o autor, o acesso das jovens ao ensino secundário e superior levou a uma modificação importante na divisão social do trabalho, e isso ocorreu em função do interesse do próprio sistema de produção dominante, que necessitava de pessoas qualificadas em setores administrativos – considerados os mais propícios para serem ocupados por mulheres.

No Brasil, os dados da educação profissional do Censo Escolar de 2017 apontam para a persistência das desigualdades de gênero na EPT, pois nos cursos de qualificação profissional os homens tiveram um percentual de frequência maior do que as mulheres – isso em 2017. De um quantitativo de 74 milhões de pessoas de 14 anos ou mais de idade que estudavam no ensino fundamental (regular ou EJA) e aquelas que frequentaram no máximo o ensino fundamental, 0,6% estava frequentando curso de qualificação profissional, o que equivale a 439 mil pessoas. O percentual é pequeno, dado o número de pessoas que poderiam ter acesso a esta modalidade educacional, sendo um pouco maior para os homens (0,7%) do que para as mulheres (0,5%), e similar entre pessoas de cor branca (0,6%) e de cor preta ou parda (0,6%) (IBGE, 2017).

Vale ainda ressaltar que o acesso de mulheres à EPT não possui, contudo, correlação direta com a empregabilidade e a valorização profissional de suas competências, tendo em vista que a situação do mercado de trabalho é fortemente influenciada por interesses capitalistas, os quais visam o lucro. Também é preciso considerar que nem todas as mulheres com formação profissional técnica terão a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho, não só pela questão das limitações de vaga, como em razão de fatores culturais – a priorização dos cuidados dos filhos e familiares, dos afazeres domésticos e o controle parental (principalmente de pais e maridos).

Além dessa situação de inequidade no mundo do trabalho, há também o grave problema da violência doméstica e familiar, que afeta e, muitas vezes, impede a formação escolar e acadêmica de mulheres. Nas duas últimas décadas, as distintas formas de violências dirigidas

às pessoas do gênero feminino no Brasil têm passado por questionamentos. A visibilidade pública dessa situação ocorreu a partir das denúncias de diferentes organizações civis. No campo da produção de políticas específicas para as mulheres, foi especialmente na segunda metade da década de 2000 que se tornou mais expressiva. Nessa década, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Secretaria de Direitos Humanos desenvolveram várias ações de enfrentamento da violência de gênero. As ações coordenadas através do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2007-2010), lançado pela SPM, é exemplo notável dessa política (MORAES, 2011).

De igual forma, é de suma importância difundir e promover políticas e ações públicas de enfrentarmos a essa desigualdade, bem como programar e reorganizar as políticas públicas já existentes, para que as mesmas possam ter maior eficácia. É basilar enfrentar as diversas formas de violência que atingem as mulheres, inclusive a violência simbólica:

A força da ordem masculina pode ser aferida pelo fato de que ela não precisa de justificção: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar, visando sua legitimação. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica, tendendo a ratificar a dominação masculina na qual se funda: é a divisão social do trabalho, distribuição muito restrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu lugar, seu momento, seus instrumentos (BOURDIEU, 2012, p. 15).

A forma incorporada da relação de dominação mostra essa relação opressiva como natural; ou, em outros termos, os esquemas que a mulher mobiliza para se perceber e se avaliar ou para perceber e avaliar o dominador são o produto de uma naturalização dessa relação. Porém, o Estado brasileiro tem buscado intervir nessas relações de dominação, tendo criado importantes instrumentos jurídicos, como a Lei nº 11.340/2006 (Lei da Maria da Penha) e a Lei nº 13.104/2015 (Lei do Femicídio). Persiste, todavia, um quadro de violência contra as mulheres – que clamam por justiça.

Mesmo com os avanços e conquistas das mulheres, ainda temos manifestações do poder masculino sob as mais variadas expressões: violência física, sexual ou psicológica, que dissipam sonhos, que amedrontam as mulheres, que ferem o corpo e a alma.

Essa masculinidade dominante foi relatada pelas colaboradoras dessa pesquisa em vários momentos. Principalmente, quando foi perguntado a elas qual o papel da mulher na sociedade:

As mulheres têm que ter mais tranqüilidade e mais carinho, e isso é o que hoje, muitas não têm. Eu não gosto de lembrar do começo da minha vida não, porque eu sofri muito. Porque os homens eram muito machistas, hoje ainda tem bastante violência e tem aquele machismo, mas hoje a mulher trabalha. (Maria do Carmo da

Silva, egressa do curso de Corte e Costura. Entrevista concedida a Simone Leite de Freitas, 2019).

Nosso papel na sociedade sempre foi importante, embora pouco valorizado. Eu penso, olhando para trás, sobre tudo o que a gente já viveu e já transformou... A tendência é só evoluir. Para transformar e mudar a gente nasceu. Para evoluir, para ter o nosso lugar. A gente tem que ter um lugar na sociedade assim como todos têm. (...) Ainda tem preconceito, tem um longo caminho para vencermos; preconceitos na profissão, na sociedade, no andar, no falar, nas atitudes ou nas vestes. Sempre tem alguma coisa pela qual nos julgam e nos limitam, mas vamos um dia vencer (Joslaine Domingos dos Santos Damascena - 22 anos egressa do curso de Corte e Costura. Entrevista concedida a Simone Leite de Freitas, 2019).

Ser mulher é impor respeito, colocar-se no mesmo nível de serviço, ser igualmente competente, porque muitos ainda são machistas. Sou bastante independente, meu esposo não me prende muito, né? Na verdade, ele não prende é nada! Somos parceiros e nos respeitamos. No lugar que estou ele está, no lugar onde ele tá eu estou, então não enfrento tantas dificuldades, mas conheço a vida de outras mulheres e sei como é. (Elaine da Silva, egressa do curso de Corte e Costura. Entrevista concedida a Simone Leite de Freitas, 2019).

Assim, elas entendem que o papel da mulher na sociedade é o de trabalhadoras livres, capazes de demonstrar suas capacidades. Almejam ser respeitadas tanto no espaço público como no espaço privado. Parecem entender que o machismo é recorrente e que não será superado se as mulheres não se impuserem e exigirem seus direitos.

A reflexão sobre os direitos da mulher é relevante para desnaturalizar crenças que os apresentam como favor e transigência. Ao encontro desse propósito, a disciplina de Direito da Mulher, contemplada pelo curso de Corte e Costura, foi indispensável – dado as necessidades reais reveladas pelas participantes.

Ao indagarmos as egressas sobre a referida disciplina, obtivemos as seguintes respostas:

Vou ser sincera com você: pelo meu sofrimento na minha vida eu não aguentei assistir às aulas, chegou no meio e eu pedi para sair, mexeu muito com a minha vida, sofri muito, não gosto de lembrar (Maria do Carmo da Silva, egressa do curso de Corte e Costura. Entrevista concedida a Simone Leite de Freitas, 2019).

A disciplina foi muito boa porque nos fez entender que tem as leis da mulher, tem aqueles defensores das leis, dos direitos das mulheres. Às vezes não sabemos dos direitos, nossa noção é vaga... Me lembro que teve uns artigos que o professor explicou, que eu não sabia, então pude aprender um pouco e isso ajuda. Saber das coisas que a gente não sabia ajuda muito. (Joslaine Domingos dos Santos Damascena, egressa do curso de Corte e Costura. Entrevista concedida a Simone Leite de Freitas, 2019).

Nas aulas de Direito da Mulher teve uns filmes bem interessantes que o professor passou para a gente: a realidade que a gente conhecia aqui. Com esses filmes teve umas que desabafaram, contaram suas experiências, pediram orientações, mas outras, como sempre, preferiram prender, guardar para si. Quanto a essas, acho que assim, não estava no tempo delas... Isso é uma coisa que abre o olho da gente e abre a mente, né (Elaine da Silva, anos egressa do curso de Corte e Costura. Entrevista concedida a Simone Leite de Freitas, 2019).

Assim, o curso, de modo geral, e a disciplina de Direitos da Mulher, em particular,

mostraram-se capazes de promover reflexão sobre a situação da mulher, possibilitando ainda paralelos com as próprias experiências vivenciadas por elas. As respostas e as estratégias de cada uma a partir do conhecimento adquirido. Para algumas, como Elaine, foi instrumento de empoderamento, para outras, como Maria do Carmo, foi catalisador de memórias traumáticas, memórias que ela prefere deixar ocultas e não detalhar em narrativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O método adotado mostrou-se apto ao alcance dos objetivos traçados: as entrevistas, encontros dialogados e observações etnográficas. Essas ferramentas metodológicas possibilitaram-nos: traçar o perfil das egressas, acessar suas representações sociais sobre o mundo do trabalho, elaborar a matriz SWOT do curso e o novo projeto pedagógico do curso, com base em suas demandas e avaliações. Além disso, também recorremos à análise bibliográfica e documental, que nos possibilitou fundamentar as reflexões sobre as relações de gênero e as possibilidades e limites da EPT quanto a esse aspecto.

Entendemos com esse estudo que as relações de gênero no Brasil foram e ainda são construídas na perspectiva do pensamento patriarcal, em que a mulher é vista como objeto do homem e serve para aumentar seu capital simbólico. A relação entre masculino e feminino é marcada pela dominação masculina. A subjugação feminina é envolta em violência física, psicológica, simbólica e patrimonial. Essa situação de desigualdade e violência se estende não só à vida familiar, como também à esfera da vida pública e ao mundo do trabalho.

Por isso, ações como o “Projeto Empoderamento da Mulher” tem a potencialidade de contribuir, no rol das políticas públicas, para a emancipação feminina. Contudo, entendermos que ações esporádicas e compensatórias não são o suficiente para empoderar e reduzir preconceitos e a violência contra as mulheres, já que para romper paradigmas sociais faz-se necessário uma rede de políticas intersetoriais e integradas.

Para a implementação de políticas públicas, é primordial ouvir os usuários/beneficiários dessas políticas. No caso do projeto Empoderamento da Mulher, a premissa é saber quem são as mulheres que receberão a formação, o que pensam, como vivem, quais são suas necessidades e suas condições de participar das atividades formativas. Essas informações possibilitam delimitar melhor as ações do projeto e ampliar as possibilidades de inclusão e êxito.

No tocante à matriz SWOT, desenvolvida com base nas respostas das entrevistadas, destacam-se entre os pontos fortes do curso os seguintes fatores: ter sido realizado na comunidade (no distrito), ao invés de na cidade, ter sido exclusivo para mulheres (o que as deixou mais confortáveis), não ter se limitado à parte técnica, e ser um curso capaz de gerar renda. Em especial, foi destacado o fato de o curso ter ofertado disciplinas como Português, Matemática e Direitos da Mulher.

O curso proporcionou não só conhecimentos técnicos sobre a prática de corte, costura e modelagem, mas reflexão sobre a condição social da mulher e a importância da escolarização – e isso levou duas das egressas a retomar a vida escolar e outras a planejar essa ação. Já sobre os pontos fracos do curso, foram apontados dois elementos: a elevada concentração diária da carga horária (seu caráter condensado), que dificultou a aprendizagem, e o caráter descontínuo do curso (não terem sido ofertados outros cursos na área).

Quanto aos componentes curriculares do núcleo básico (Português, Matemática e Direitos da Mulher), as colaboradoras/egressas relataram que inicialmente esses componentes causaram estranhamento, pois pensavam que teriam somente aulas práticas de corte e costura. Contudo, no decorrer das aulas, compreenderam a importância da formação geral. Também falaram que gostariam de ter no próximo curso os componentes curriculares: Cooperativismo e Noções básicas de uso das redes sociais – a fim de ampliarem suas possibilidades de comunicação e contatos sociais.

Defendemos que a temática da condição social da mulher deve estar presente no projeto de Educação Profissional e Tecnológica para fomentar o debate e a reflexão necessária para uma futura equidade de gênero. Uma vez que as relações de gênero são construídas socialmente, a educação é instrumento significativo para a construção de relações mais justas e solidárias. Ela pode instigar mudanças na cultura que promovam novas formas de relações sociais e pode auxiliar as pessoas a entenderem a importância das ações afirmativas, o benefício da justiça social, bem como a reconhecer e valorizar as mulheres e seus múltiplos papéis na sociedade.

Também propomos que sejam articuladas ações entre a Pró-reitoria de Extensão e a Coordenação de Extensão nos *Campus* para levantamento e qualificação das demandas sociais com as quais o IFRO pode contribuir; que sejam elaborados ou aperfeiçoados instrumentos de monitoramento dos cursos de extensão de modo a considerar a avaliação dos beneficiários e dos parceiros locais, e de igual modo, que sejam estreitados os laços entre o IFRO e os parceiros locais – para que as ações educativas sejam fortalecidas.

E, por fim, para estudos futuros que considerem mulheres rurais na EPT, recomenda-se mais intensidade no uso do método etnográfico, pois ele permite compreender a singularidade de cada comunidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. *In: Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 65-70.

BARBOSA, Xênia de Castro; NOGUEIRA, José Henrique dos Santos; SILVA, Pedro Rammom dos Santos. Desafios da cidadania no Território Rural de Identidade Rio Machado. *In: GRANDO, BeleniSaléte; PEREIRA, Lisani Conceição Patrocínio; CUNHA, Teresa; FERREIRA, Waldineia Antunes Alcântara. Mulheres, culturas, identidades*, vol. 2, Curitiba: CRV, 2018.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo: fatos e mito**. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia de livros, 1970.

BIROLI, Flávia. Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. *In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda. Salvador (org). O Golpe na perspectiva de Gênero*. Salvador: Edef ba, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrandd Brasil, 2012.

BRAMBILLA, Carla Dominique. **Mapa da microrregião de Vilhena**. Porto Velho: 2020.

BRASIL. República Federativa. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008** – Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: Congresso Nacional, 2008.

_____. República Federativa. **Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres e dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Brasília: Congresso Nacional, 2006.

_____. República Federativa. **Lei 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília: Congresso Nacional, 2015.

_____. Ministério da Educação - MEC. **Programa Nacional Mulheres Mil**. [2011?] Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil>. Acesso em: 24 set. 2018.

_____. Ministério dos Direitos Humanos. **SPM realiza capacitação para 800 mulheres em situação de vulnerabilidade em Rondônia**. 23 jun. 2017. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/noticias/spm-realiza-capacitacao-para-800-mulheres-em-situacao-de-vulnerabilidade-em-rondonia>. Acesso em: 24 set. 2018.

_____, Ministério da Educação - MEC. **Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito**. Disponível em: <http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2015/03/Guia-Metodologico-do-sistema-de-acesso-permanencia-e-exito.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia **Território Rio Machado Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Velho: Rioterra, 2014. Disponível em: http://rioterra.org.br/pt/wp-content/uploads/2016/03/PTDRS-TRM-2014_VF_ISBN.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CIAVATTA, Maria. Ensino Integrado, a Politecnia e a Educação Omnilateral: por que lutamos? **Revista Trabalho e Educação**, v. 23, n. 1, pp. 187-205, 2014. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 20 jan. 2020.

COSTA, Suely Gomes. **Onda, rizoma e “sororidade” como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX)**. Florianópolis: v.6, n.2, jul./dez. pp. 1-30. R. Inter. Interdisc. INTERthesis. 2009.

FEBÁ, Andreia. **Acervo pessoal**. Primavera de Rondônia.

FERREIRA, Maria Mary. **Movimentos feministas e ação política frente às desigualdades de gênero nos espaços de poder**. São Luiz: VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. UFMA, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 32 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio, ARAUJO, M. de Lima. Prática Pedagógica e ensino integrado. **Revista educação em questão**. v. 52, n. 38, maio/ago. p. 61-80, Natal. 2015

FRIGOTTO, Gaudêncio. Alcance e limites das políticas públicas de educação profissional de emprego e renda. In: KUENZER, Acácia Zeneida *et al* (org.) **Educação profissional: desafios e debates**. Coleção formação pedagógica; v. 1. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**. 4 ed. São Paulo: Cortez. 2004.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por Uma Teoria Interpretativa da cultura. In: **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

HIRATA, Helena. Tecnologia, Formação Profissional e relações de Gênero do Trabalho. **Revista educação e tecnologia**. n. 06, Curitiba: UTFPR, 2008. Disponível em: <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutec-ct/issue/view/55/showToc>. Acesso em: 25 abr. 2019.

HIRATA, Helena, KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em:

<http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132> Acesso em: 05 jul. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de amostra de domicílios contínua – informativo 2017.** Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf Acesso em: 24 abr. 2019.

IFRO. Instituto Federal de Rondônia. **Projeto Empoderamento da Mulher.** Porto Velho: Pró-reitoria de Extensão, 2018.

_____. **Relatório final do Curso FIC em Corte e Costura do Projeto Empoderamento da Mulher, Campus Cacoal.** 2017.

_____. **Projeto Pedagógico de Curso FIC em Corte e Costura do Projeto Empoderamento da Mulher, Campus Cacoal.** 2017.

_____. **Desafios das mulheres na gestão do IFRO. 10 de Março de 2017.** Disponível em: . <https://portal.ifro.edu.br/ultimas-noticias/2319-desafios-das-mulheres-na-gestao-do-ifro>. Acesso em: 07 jul. 2019.

KUENZER, Acácia Zeneida. As relações entre o mundo do trabalho e a escola: práticas de integração. *In*: KUENZER, Acácia Zeneida *et al* (org.) **Educação profissional: desafios e debates.** Coleção formação pedagógica; v. 1. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

MORAES, Aparecida Fonseca. Violências contra as meninas adolescentes e jovens. *In*: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jaqueline. (org). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010.** Rio de Janeiro: CEPIA, ONU Mulheres, 2011.

MENICUCCI, Eleonora. O golpe e as perdas de direitos para as mulheres. *In*. RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda. Salvador **O Golpe na perspectiva de Gênero.** Salvador: Edufba, 2018.

NOSELLA, Paolo. A construção histórica do trabalho como princípio educativo. *In*: MENEZES Neto, Antônio J. *et al.*(org.). **Trabalho, política e formação humana: interlocuções com Marx e Gramsci.** São Paulo: Xamã, 2009.

PARAISO, Marlucy Alves, Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação e currículo: trajetória, pressuposto. procedimentos e estratégias analíticas. *In*: MEYER, Dagmar Estermann; PARAISO, Marlucy Alves (org). **Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação.** 2 ed. Belo Horizonte: Mazza edições, 2014.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica.** Natal: IFRN, 2010. Disponível em: <http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1274/Os%20institutos%20federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1>. Acesso em: 05 jul. de 2019.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2014 Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as**

Vulnerabilidades e Reforçar a Resilência. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

PROUST, Marcel. **À sombra das raparigas em flor.** Tradução de Mário Quintana; 3. ed. V. 2. São Paulo: Globo, 2006.

PUGA, Vera Lúcia. Trabalho feminino/profissões femininas. *In.* COLLING, Ana Maria; TEDESCHI Losandro Antônio (org). **Dicionário crítico de gênero.**, 2. ed, Dourados: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. p. 78-712. Disponível em: <https://www.ufgd.edu.br/setor/editora/catalogo>. Acesso em: 20 jan. 2020.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional.** Curitiba: IFPR-EAD 2014.

RAMOS, Marise Nogueira, CIAVATTA, Maria. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil Dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/45/42> . Acesso em: 08 jul. de 2019.

RONDONIA. Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão- **Perfil dos Municípios**, 2018. Disponível em: <http://www.sepog.ro.gov.br/Uploads/Arquivos/PDF/PerfildosMunicipios072018v2/Primavera%20de%20Rond%C3%B4nia.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

_____. Governo do Estado de Rondônia. Conselho Estadual de Educação. **Res. n. 958/11 CEE/RO de 16 de novembro de 2011.** Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/cee/files/Resoluao_958-11CEE-RO.pdf). Acesso em: 20 dez. 2019.

_____. Governo do Estado. **Lei Complementar 908, de 6 de dezembro de 2016** - Dispõe sobre a Política de Educação Profissional do Subsistema Público de Educação Profissional do Estado de **Rondônia**, cria o Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional - IDEP, e dá outras providências. Porto Velho: Assembleia Legislativa: 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2. p. 72-99, UFRGS 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667> Acesso em: 20 fev. 2020.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SOUZA, Marilsa Miranda. **Imperialismo e educação do campo: uma análise das políticas educacionais no Estado de Rondônia a partir de 1990.** Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/101514/souza_mm_dr_arafcl.pdf?sequenc e=1. Acesso em: 20 fev. 2020.

TEDESCHI, Losandro Antônio. Bourdieu e a dominação masculina. *In.* COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio. **Dicionário crítico de gênero**. 2. ed, Dourados: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. p. 83-86. Disponível em: <https://www.ufgd.edu.br/setor/editora/catalogo>. Acesso em: 20 jan. 2020.

TELES, Maria Amélia Almeida de; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres**. São Paulo: Instituto Piaget, 2006.

**APÊNDICE A - PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E
CONTINUADA EM CORTE E COSTURA**

Simone Leite de Freitas



**PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO DE FORMAÇÃO
INICIAL E CONTINUADA
EM CORTE E COSTURA**

Rolim de Moura/RO

2020



O Projeto Pedagógico de Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Corte e Costura de Simone Leite de Freitas está licenciado sob o CC BY-NC 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM CORTE E COSTURA

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 Tipo de produto: Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

1.2 Nível de ensino: Formação Inicial e Continuada – FIC.

1.3 Série/ano: Ensino Fundamental.

1.4 Cursos técnicos indicados/segmento profissional: Mulheres rurais em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

1.5 Transferência/usos já efetivados: Produto transferido à Pró-reitoria de Extensão do IFRO.

2 INTRODUÇÃO

Este produto educacional é um Projeto Pedagógico de Curso de Formação Inicial e Continuada em Corte e Costura. Tem como público-alvo mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica residentes no distrito de Querência do Norte, em Primavera de Rondônia, as quais receberam formação inicial na área, no ano de 2017.

A Formação Inicial e Continuada (FIC) é uma modalidade da Educação Profissional e Tecnológica que almeja contribuir com a qualificação profissional e a elevação da escolaridade. Tais metas têm intencionalidades diversas, variáveis e não excludentes conforme a instituição ofertante: contribuir com a geração de emprego e renda, com a universalização da educação pública, com fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais – APL e com o empoderamento social, dentre outros.

O produto em tela foi desenvolvido com base na pesquisa de mestrado “O Impacto do Projeto Empoderamento da Mulher na Vida das Egressas do Curso FIC de Corte e Costura ofertado no Município de Primavera de Rondônia”. Esse estudo teve a seguinte problemática: “O curso FIC de Corte e Costura ofertado em Primavera de Rondônia, no Distrito de Querência do Norte pelo IFRO, proporcionou às egressas novas oportunidades de inserção no mundo do trabalho e novas formas de atuação no espaço social e familiar”? Quanto aos objetivos perscrutados buscou-se:

- 1- traçar o perfil das egressas do curso FIC de Corte e Costura;
- 2- levantar as principais dificuldades de aprendizagem enfrentadas pelas egressas quando estavam realizando o curso;
- 3- identificar as representações sociais das egressas sobre o acesso ao mundo do trabalho;
- 4- descrever os fatores de fraquezas e oportunidades do curso FIC de Corte e Costura ofertado em Primavera de Rondônia (Matriz SWOT);
- 5- refletir sobre as relações de gênero no atual contexto histórico e no recorte empírico da pesquisa, buscando encontrar possibilidades de superação da desigualdade entre homens e mulheres;
- 6- organizar uma proposta de PPC, para oferecer formação continuada às egressas, contemplando no projeto adaptações curriculares e metodológicas que melhor atendem às demandas específicas desse público.

Os objetivos de um a cinco estiveram voltados à consolidação e qualificação do objetivo seis, que se materializa no produto ora apresentado. Cabe ainda salientar que o desenho metodológico nesta pesquisa contou com suporte do método dialético articulado à perspectiva de estudo de caso etnográfico e técnicas como: imersão em campo, observação participante, registros em caderno de campo, entrevistas semiestruturadas, encontro dialogado, mapa da vida, pesquisa documental e análise dos projetos: “Empoderamento da Mulher” e o “Projeto Pedagógico do Curso – PPC de Corte e Costura”, ambos de autoria do IFRO.

Este produto educacional almeja, desse modo, contribuir com a formação continuada de mulheres em situação de vulnerabilidade social residentes no distrito de Querência do Norte, no município de Primavera de Rondônia, e foi elaborado com base nas experiências e resultados da pesquisa realizada, a qual está registrada no artigo de mestrado.

O referido produto foi apresentado à Pró-Reitoria de Extensão do IFRO como sugestão de projeto de curso FIC, uma forma de contribuir com as ações no território Rural de Identidade Rio Machado. A recepção do produto pela PROEX não lhe gera a obrigação de

ofertar o curso. Ainda assim, o consideramos como um instrumento útil e passível de aplicação, sobretudo por registrar demandas concretas e documentalmente fundamentadas.

3 OBJETIVO

Este produto educacional tem como objetivo contribuir com a formação continuada de mulheres em situação de vulnerabilidade social residentes no distrito de Querência do Norte, no município de Primavera de Rondônia.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse produto educacional foi desenvolvido com base nas reflexões estabelecidas no âmbito da pesquisa supracitada. Tais reflexões consideraram: observações em campo, entrevistas semiestruturadas realizadas com mulheres egressas do curso FIC de Corte e Costura, encontros dialogados, mapa da vida, e ainda, a análise documental do PPC do curso ofertado em 2017 e do Projeto Empoderamento da Mulher, do IFRO.

Para o desenvolvimento foram realizados dois encontros dialogados com as egressas que colaboraram com esta pesquisa e registradas nove entrevistas sendo seis com as egressas e três com profissionais que trabalharam no curso. Nessas ocasiões registrou-se a demanda e buscou-se dialogar sobre as necessidades e expectativas das egressas que desejam receber a formação continuada na área de Corte e Costura.

A metodologia de validação do produto consistiu em sua apresentação às colaboradoras da pesquisa, para avaliação e correções, as quais foram realizadas no mesmo momento, na presença das colaboradoras. Também entendemos que o produto é aplicável ao público-alvo definido e replicável para grupos em situação semelhante.

5 FORMAS DE UTILIZAÇÃO

Recomenda-se a PROEX avaliar o produto para verificar se é compatível com sua proposta pedagógica de empoderamento da mulher e se atende ao modelo utilizado na instituição. Em caso positivo orienta-se o envio do documento ao Departamento de Extensão do Campus Cacoal – o Campus mais próximo do município de Primavera de Rondônia.

De posse do PPC do curso, sugere-se ao DEPEX publicar edital de contratação dos docentes, caso não haja docentes com carga horária disponível para o trabalho no Campus, ou

com a formação necessária para ensinar os componentes curriculares previstos na matriz do curso.

Após a formação do quadro de recursos humanos que atuará no curso, recomenda-se realizar uma visita à comunidade, para conversar com as futuras estudantes, conhecer seu perfil, suas expectativas e definir os dias e horários das aulas, de modo a acolher da melhor maneira possível as especificidades do público-alvo. Na sequência, deve-se proceder ao registro das observações realizadas em campo e proceder ao planejamento das aulas.

Assim realizadas essas etapas acredita-se ser possível aplicar esse produto de forma exitosa, a fim de atender as demandas explicitadas pelas colaboradoras da pesquisa.

6 IMPACTO SOCIAL

O produto é capaz de contribuir com a redução da vulnerabilidade socioeconômica de mulheres rurais, mediante qualificação profissional para o trabalho de Modelagem, Corte e Costura.

7 DADOS INSTITUCIONAIS

7.1 Do IFRO

Nome do IF/*Campus*: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus Cacoal*

CNPJ do Campus: 10.817.343/0008-73

Endereço: BR 364, km 228, Lote 2A, Caixa Postal 146, Cacoal/RO

Site da Instituição: <https://portal.ifro.edu.br/>

7.2 Uberlando Tiburtino Leite

Reitor

7.3 Davys Sleman de Negreiros

Diretor-Geral do *Campus Cacoal*

7.4 Maria Goreth Araújo Reis

Pró-Reitora de Extensão

7.5 Edislei Rodrigues de Almeida

Pró-Reitor de Ensino

7.6 Gilmar Alves Lima Junior

Pró-Reitor De Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

7.7 Gilberto Paulino da Silva

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

8 DAS PARCERIAS

Com a realização da pesquisa indicamos os possíveis parceiros, que poderão auxiliar no processo de implementação e execução do curso FIC. São eles: a Prefeitura Municipal de Primavera de Rondônia, por intermédio da senhora Janete Maria, servidora da Secretaria Municipal de Ação Social, Associação de Produtores Rurais de Querência do Norte – APRUNQ, por intermédio senhora, Maria do Carmo, associada e produtora rural e José Mendes Filhos, Coordenador do Território Rural de Identidade Rio Machado.

8.1 Dos responsáveis pela elaboração

Nome do Responsável pela Elaboração: Simone Leite de Freitas

Cargo/Função: professora da SEDUC. Mestranda do Programa PROFET Endereço: Av. Florianópolis, 3263 Bairro Centenário. Rolim de Moura/RO, CEP: 76940-000. Telefone: (69) 984444420 e Endereço Eletrônico (e-mail): concursoleite@gmail.com.br

9 DADOS DA UNIDADE DE ENSINO

9.1 Histórico da Unidade de Ensino

O *Campus* Cacoal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) tem seu nascimento ante a política pública federal de interiorização dos Institutos Federais - IFs. Ele nasce a partir do convênio assinado entre o IFRO e a Prefeitura Municipal de Cacoal em 2009, com a doação das instalações onde funcionava a Escola Agrícola Municipal de Ensino Fundamental Auta Raupp, com uma área total de 50 hectares. Inicialmente, um Núcleo de Extensão do Campus Ji-paraná. Em 1º de fevereiro de 2010, o Núcleo foi transformado em *Campus* Avançado, ainda como extensão do *Campus* Ji-Paraná e com a previsão de oferta do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio.

A partir de 2012, o *Campus* Avançado tornou-se *Campus* Cacoal, o qual atualmente oferece os cursos de: graduação (bacharelado em Zootecnia, licenciatura em Geografia e

Matemática e tecnológico em Agronegócio); cursos técnicos (integrado: Agroecologia, Agropecuária e Informática, e o curso técnico subsequente em Agropecuária).

Além destas atividades, o *Campus* Cacoal também oferta à comunidade cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD), cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e pós-graduação *lato sensu*.

9.2 Coordenador do curso

Nome: (a ser definido pela instituição ofertante)

Campus onde está lotado: Cacoal

Cargo/Função: (a ser informada posteriormente)

Matrícula SIAPE: (a ser informada posteriormente)

Formação: (a ser informada posteriormente)

10 DADOS DO CURSO

Nome do Curso: Curso de Formação Continuada em Corte e Costura. **Eixo Tecnológico:** Produção Cultural e Design. **Tipo:** Qualificação/FIC **Modalidade:** () Presencial () Distância () Semipresencial (Presencial e EaD)

10.1 Público-Alvo

Mulheres em vulnerabilidade socioeconômica de Primavera de Rondônia, que preferencialmente tenham participado do curso FIC de Corte e Costura anteriormente ofertado pelo IFRO.

10.2 Turno da oferta: vespertino.

10.3 Carga horária total: 160 horas. Número máximo de vagas do curso: 30 alunas. Escolaridade mínima exigida: Ensino Fundamental II incompleto.

11 PERFIL PROFISSIONAL DA EGRESSA DO CURSO

Uma profissional que possa desenvolver a criatividade, a autoestima, as habilidades de leitura, escrita, cálculo e pesquisa de mercado; saiba também utilizar os recursos tecnológicos,

a cooperação e a solidariedade para a confecção de roupas, de artesanatos em tecido e a reforma e conserto de peças, aplicando as técnicas de costura para tecidos planos, observando o sentido do fio do tecido e a sequência operacional. Espera-se ainda que a egressa possa ter consciência de seus direitos e deveres sociais, o cuidado na manutenção rotineira das máquinas de costura e com relação à segurança do trabalho.

12 LOCAL DAS AULAS

Centro de apoio da Secretária de Ação Social no Distrito de Querência do Norte no Município de Primavera de Rondônia

Horário de funcionamento

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
12:30 às 17:30				

Carga horária Diária: 05 horas

Carga Horária semanal: 25 horas

Carga horária do curso: 160 horas

Data de início: 20/07/2020

Data de término: 20/12/2020

13 JUSTIFICATIVA

Em Rondônia há uma carência na oferta de Educação Profissional e Tecnológica na zona rural, haja vista que, na rede estadual de educação há apenas uma unidade de oferta desta modalidade, a saber: o Centro Técnico Estadual de Educação (CENTEC) Abaitará, que oferece ensino médio articulado na forma integrada com a Educação Profissional (RONDONIA, 2019). Tal curso, todavia, demanda a residência dos alunos na unidade, o que não atende às mulheres da zona rural que são casadas, as que possuem filhos que dependem de seus cuidados e as que não têm a possibilidade de se ausentar do trabalho para estudar.

Com isso há então uma ampla demanda a ser suprida pelo IFRO, que é desafiado a programar políticas de oferta em suas várias modalidades, inclusive na modalidade Formação Inicial e Continuada – FIC, configurada como curso mais curtos, de 160 horas. As ações educativas na modalidade FIC devem favorecer não só a qualificação e atualização profissional, como também a elevação da escolaridade, contribuir com o desenvolvimento dos

Arranjos Produtivos Locais - APL, bem como favorecer o processo de ampliação de direitos e garantias individuais.

Nesta feita, O IFRO propôs por intermédio do Projeto “Empoderamento da Mulher” a oferta de EPT na modalidade FIC às mulheres trabalhadoras. Por meio desse projeto o IFRO busca atender, especificamente, mulheres em vulnerabilidade socioeconômica dos Territórios de Identidade Rural e Territórios da Cidadania do Estado de Rondônia, visando a sua autonomia, equidade de gênero, empoderamento e inserção no mercado de trabalho. São priorizadas no projeto aquelas que vivem em áreas de difícil acesso ou com poucas oportunidades educativas.

Busca-se, assim, com esse Projeto Pedagógico de Curso contribuir com o Projeto Empoderamento da Mulher, coordenado pela Pró-reitoria de Extensão do IFRO e ampliar as possibilidades de acesso ao trabalho, emprego, renda, conhecimento de direitos e elevação da escolaridade por meio das habilidades e competências de corte, costura e modelagem em tecido.

O produto educacional ora apresentado, como já dito anteriormente é resultado de um estudo realizado no Programa de Mestrado em Rede Nacional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT com seis (06) mulheres residentes no Distrito de Querência do Norte que participaram do Curso Formação Inicial Continuada de Corte e Costura ofertado em 2017, além de professores, coordenador e colaboradora do curso.

As egressas avaliaram de forma positiva o referido curso, compreenderam a importância dos componentes curriculares da formação geral (Matemática Aplicada, Português Instrumental, Direito da Mulher e Empreendedorismo), porém pontaram a necessidade de aprofundar um pouco mais as habilidades de modelagem em geral, a modelagem de moda praia e moda íntima.

Esse primeiro curso foi ofertado no Distrito de Querência do Norte, em Primavera de Rondônia, uma comunidade rural com poucas oportunidades formativas de emprego e renda. Por essa razão há a necessidade de ofertar a formação continuada nessa comunidade. Vale destacar que o novo curso além de focar em moda praia e íntima, deve oferecer componentes curriculares específicos: a disciplina de Cooperativismo, a fim de ter as noções de como instituir uma cooperativa de produção e comercialização de produtos e como acessar linhas de crédito para investir no negócio; e a disciplina de Informática Básica voltada para o uso das redes sociais e publicidade de produtos. As demandantes, colaboradoras do estudo, acreditam que o uso das redes sociais e o fortalecimento do grupo com o cooperativismo ampliarão as oportunidades de mercado e de obtenção renda.

No que concerne ao uso das redes sociais (*WhatsAp* e *Instagram*), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) de São Paulo realizou uma pesquisa que indicou que 59% das empresas do segmento de confecção fazem alguma forma de divulgação utilizando as mídias sociais. Os empresários entendem que essa é uma forma barata de comunicação com seu público, mas ainda estão descobrindo como lidar com essas mídias. O estudo também indicaram que o *WhatsApp* é uma importante ferramenta de vendas para alguns tipos de confecções produzidas por microempresários individuais, e que foram os filhos ou parentes mais jovens que apresentaram a ferramenta. (SEBRAE, 2014).

Cabe salientar que o Distrito de Querência do Norte está localizado na região chamada Território Rural de Identidade Rio Machado. Essa região é um importante polo da agricultura familiar do Estado de Rondônia. A produção econômica é de base agrícola e pecuária, em regime familiar, preponderantemente. A colonização da região se deu por famílias provenientes de praticamente todas as regiões do Brasil, sendo assim marcada por uma cultura rica e diversa (BRASIL, 2014). O Distrito de Querência do Norte pertence ao município de Primavera de Rondônia e está aproximadamente a uma distância de 52 Km de Pimenta Bueno, cidade essa considerada pólo da indústria têxtil de Rondônia.

Assim, entendemos que esse curso poderá favorecer o desenvolvimento regional e induzir o fortalecimento daquele arranjo produtivo local, pois ao qualificar profissionais em corte e costura criará a possibilidade de gerar renda e trabalho às mulheres/trabalhadoras e também o fomento da referida indústria, que contará com mão-de-obra mais bem qualificada. Contudo, para que isso ocorra o curso por si só não será suficiente, como já percebido pela primeira experiência. Uma das soluções apontadas seria uma política de incentivo fiscal do governo do Estado para as indústrias têxteis de Pimenta Bueno contratarem as egressas do curso, assegurando seu transporte ao local do trabalho ou organizando a produção sob demanda, para que pudessem realizar de suas casas – o que parece o mais conveniente dado que muitas possuem compromissos familiares que lhes dificultariam trabalhar fora e também são produtoras rurais.

Para os empregadores seria compensatório ter profissionais bem formadas, que desenvolvem confecções de qualidade, que compreendem os aspectos ligados à saúde e segurança do trabalho e possuem as noções básicas de cuidado e manutenção de suas máquinas de costura. Para as costureiras, possuir emprego formal, com carteira assinada lhes conferiria maior seguridade social, contribuindo para a redução da vulnerabilidade socioeconômica e da autoestima.

Contudo caso não haja assimilação da mão de obra pelas indústrias têxteis de Pimenta

Bueno, há outra possibilidade às costureiras de criarem sua própria cooperativa, pois essa também é uma oportunidade econômica numa perspectiva de empoderamento social.

Por fim, destacamos que o IFRO tem a função de ofertar EPT atendendo às várias demandas dessa modalidade de ensino. A Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, preconiza no Art. 7 que um dos objetivos dos Institutos Federais é: “II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica” (BRASIL, 2008). Além disso, cabe salientar que a presença do IFRO em locais de difícil acesso é uma oportunidade ímpar para essas comunidades e grupos sociais, frente a pouca atuação do Estado na oferta de políticas públicas educacionais de formação e qualificação profissional. Por isso entendemos que esse curso abre possibilidades de reduzir a vulnerabilidade socioeconômica destas mulheres, haja vista que, elas terão azo de participar de um curso de educação profissional na forma continuada por uma instituição disposta a oferecer conhecimentos técnicos alinhados a uma formação humana unitária. Essa formação visa promover reflexão sobre a realidade e não somente os conhecimentos técnicos.

14 OBJETIVO GERAL

- Qualificar profissionais para desenvolver com competência técnica e atitudinal as habilidades necessárias ao Corte e Costura, com a finalidade de criar alternativas de inclusão social e econômica por meio da possibilidade de geração de trabalho e renda.

14.1 Objetivos Específicos

- Aplicar as informações técnicas no processo produtivo, identificando suas etapas, tipos e conhecimentos necessários para a confecção de peças do vestuário, em especial a moda praia;
- Operar máquinas de costura doméstica e industrial compreendendo a importância do processo produtivo e os procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde;
- Aplicar os conhecimentos direcionados à montagem de peças do vestuário, dando ênfase à qualidade dos produtos confeccionados e à ética na relação com os clientes;

- Conhecer práticas de cooperativismo e protagonismo feminino na economia solidária;
- Estimular o desenvolvimento de práticas cooperativistas como alternativa para o desenvolvimento local;
- Compreender os processos de socialização humana em âmbito coletivo;
- Confeccionar produtos de vestuários;
- Aplicar técnica para corte de tecidos;
- Reconhecer os diversos tipos de máquinas de costura, assim como, manuseá-las;
- Conhecer as políticas públicas de proteção aos direitos das mulheres e as normas jurídicas que garantem esses direitos;
- Desenvolver competências de produção textual e do uso da linguagem formal e informal nas redes sociais, com a finalidade de atender às necessidades cotidianas e profissionais.

15 CONCEPÇÃO CURRICULAR

15.1 Metodologia

O processo de ensino-aprendizagem exige planejamento, ação reflexiva, práticas educativas adequadas com o uso de metodologias que favoreçam os (as) alunos (as) nas suas construções intelectuais. Para tanto julgamos importantes alguns pressupostos, orientações e diretrizes que devem ser observados no processo de formação.

Um dos principais pressupostos pedagógicos é o trabalho coletivo entre os professores, pois isso é fundamental para a construção de práticas didático-pedagógicas integradas, que possibilitam a construção do conhecimento de forma significativa, com uma postura técnica, ética e reflexiva. Para tanto, a equipe técnico-pedagógica tem um importante papel no assessoramento dos professores, para que eles possam desenvolver práticas educativas em que a teoria e prática sejam dialógicas e integradas.

Por se tratar de formação de adultos é essencial conhecer o grupo de estudantes e quais os seus anseios e possibilidades de dedicação ao curso. Para isso indicamos a ferramenta Mapa da Vida, a ser aplicada antes do início do curso, com a presença dos coordenadores de curso e professores. Essa estratégia foi utilizada com sucesso no Programa Mulheres Mil e compreende as seguintes ações:

Distribuir, entre os participantes do grupo, papel, canetas coloridas e imagens (podem ser de revistas, jornais e xerox de fotografias antigas). Pedir para que cada pessoa faça o mapa da vida a partir de um grupo de questões, usando imagens, cores e desenhos para ilustrar a produção. Neste momento seria conveniente utilizar uma

música de fundo. É importante lançar algumas questões que podem estimular a reflexão com base no objetivo que se almeja. Se for utilizar o método para a integração do grupo, deverá ater-se a perguntas somente sobre a vida, a família e a comunidade. Para a identificação de conhecimentos educacionais e habilidades profissionais, as perguntas que nortearão a reflexão deverão ser sobre as experiências no mundo do trabalho e na escola. Desse modo, o método possibilita sua aplicação em distintos momentos e diferentes objetivos. Algumas sugestões de reflexões são: a) Quais os principais fatos importantes de sua vida? b) Quais as pessoas significativas? c) Quais as rupturas e por que aconteceram? d) Destaque suas experiências na escola. e) Destaque suas experiências no mundo do trabalho. f) Qual é o seu sonho? g) Quais valores nortearam sua vida? Em seguida, pedir que, em grupos de três a quatro, os participantes compartilhem suas histórias. Caso contrário, a partilha poderá ser apenas no plenário geral. Solicitar a cada participante que relate o seu mapa da vida. Pedir ao grupo que levante pontos comuns e distintos entre os diversos mapas apresentados. Cada mapa da vida produzido constituirá um documento da educanda. (BRASIL, 2015, p. 14).

É importante ter no mínimo dois encontros pedagógicos com os professores do curso e a coordenação local: o primeiro com o objetivo de apresentar a proposta do curso e também planejar a aula inaugural, fazer a previsão inicial dos períodos de aula e entregar de material pedagógico; o segundo com a pauta de alinhamento dos planos de aulas numa perspectiva interdisciplinar, contemplando os conteúdos, metodologia e instrumentos avaliativos, isso frente às informações que se tem do grupo (previamente levantadas) e as do mapa da vida. Sobre a ação educativa interdisciplinar e o currículo na educação de adultos, Paulo Freire apresentou a proposta de se trabalhar com temas geradores.

Feita a delimitação temática, caberá a cada especialista, dentro de seu campo, apresentar à equipe interdisciplinar o projeto de ‘redução’ de seu tema. No processo de ‘redução’ deste, o especialista busca os seus núcleos fundamentais que, constituindo-se em unidades de aprendizagem e estabelecendo uma sequência entre si, dão a visão geral do tema ‘reduzido’. Na discussão de cada projeto específico, se vão anotando as sugestões dos vários especialistas. Estas, ora se incorporam à ‘redução’ em elaboração, ora constarão dos pequenos ensaios a serem escritos sobre o tema “reduzido”, ora uma coisa e outra. Estes pequenos ensaios, a que se juntam sugestões bibliográficas, são subsídios valiosos para a formação dos educadores-educandos (FREIRE, 1987, p.73).

Assim, essa proposta de prática educativa coletiva é um caminho modelar no alinhamento do plano de curso, ementa do curso e as informações e conhecimento do grupo - coletados na estratégia mapa da vida. Haja vista que entendemos que as ações pensadas coletivamente favorecem o ensino interdisciplinarmente e a própria produção coletiva do projeto pedagógico.

Também é relevante ter uma devolutiva do grupo de estudantes sobre o curso que está sendo ofertado. Para isso sugerimos criar instrumento de acompanhamento, que pode ser um portfólio da turma e ainda vídeos com depoimentos das alunas.

Além dessas sugestões temos as seguintes diretrizes:

- a) elaborar e implementar o planejamento, o registro e a análise das aulas e das atividades realizadas;
- b) problematizar o conhecimento, sem esquecer de considerar os diferentes ritmos de aprendizagens e a subjetividade do alunado, incentivando-o a pesquisar em diferentes fontes;
- c) contextualizar os conhecimentos, valorizando as experiências das estudantes, sem perder de vista a (re)construção dos saberes e a correção de eventuais equívocos;
- d) elaborar materiais didáticos adequados a serem trabalhados em aulas expositivas dialogadas e atividades em grupo;
- e) utilizar recursos tecnológicos adequados ao público envolvido para subsidiar as atividades pedagógicas;
- f) disponibilizar apoio pedagógico para estudantes que apresentarem dificuldades, visando à melhoria contínua da aprendizagem;
- g) diversificar as atividades acadêmicas, utilizando aulas expositivas dialogadas e interativas, desenvolvimento de projetos, aulas experimentais (em laboratórios), visitas técnicas, seminários, debates, atividades individuais e em grupo, exposição de filmes e outros;
- h) organizar o ambiente educativo de modo a articular múltiplas atividades voltadas às diversas dimensões formadoras dos jovens e adultos, favorecendo a transformação das informações em conhecimentos diante das situações reais de vida.

Para a execução da matriz curricular do curso, serão utilizados procedimentos metodológicos que priorizem o trabalho em equipe, valorização do conhecimento prévio dos (as) alunos (nas), aplicação de instrumentos e atividades formadoras, respeitando-se sempre a autonomia didático-pedagógica do professor e valorizando o apoio de colaboradores.

16 MATRIZ CURRICULAR

Eixos	Módulos/disciplinas	Carga Horária (Relógio)	Ementa	Formação Mínima Exigida para o Professor³	Nome dos Professores⁴
Formação Geral	Português Instrumental	15 horas	Ortografia. Estrutura textual. Leitura e construção de sentidos, O uso da linguagem nas redes sociais. Linguagem formal e informal nos gêneros textuais: ata, <i>curriculum vitae</i> , propaganda nas redes sociais, relatórios e bilhetes.	Licenciatura em língua Portuguesa e noções básicas de informática	
	Direito da Mulher	15 horas	A construção histórica do gênero O protagonismo da mulher na A	Bacharel em Direito	

³Deverão ser previstas, preferencialmente, formações em nível de graduação de forma ampla e abrangente. Nos casos de Cursos na área de artesanato ou outros que se caracterizam como próprios de artesãos ou práticos (ex. Identificador florestal, escultor, etc.), deverá ser incluída em nota de rodapé a possibilidade de participação de artífice/prático com comprovada experiência.

⁴Se os docentes do curso já estiverem estabelecidos, apresentar carta de adesão ao curso.

			<p>violência e a violência de gênero.</p> <p>Estatísticas da violência de gênero no Brasil.</p> <p>Instituições de Apoio à Mulher Vítima de violência.</p> <p>Noções de Direitos humanos.</p> <p>A Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).</p> <p>Lei nº 13.104/2015 (Lei do Femicídio)</p>		
	Informática Básica	15 horas	<p>Edição de Texto. Edição de Imagem. Edição de Planilha. Aplicativos de cálculo. Redes Sociais. Ética e segurança nas redes sociais. Como divulgar um produto ou serviço na Internet.</p>	<p>Bacharelado ou Tecnólogo em Informática, Processamento de Dados, Análise e Desenvolvimento de Sistemas ou Ciência da</p>	

				Computação.	
	Noções de Cooperativismo	15 horas	Economia Solidária, com foco na autonomia e emancipação. A Lei 5.764/71 (Lei do Cooperativismo). Fundamentos da Administração de Empresas. Contabilidade Básica Modelos de Estatuto. Modelos de ficha de filiação. Noções de contabilidade básica e escrituração fiscal.	Bacharelado em Contabilidade ou Administração de Empresa.	
Total da Carga Horária do Eixo Geral		60 horas			
	Prática de Corte, Costura e Modelagem de moda praia e moda	100 horas	Medidas do corpo humano e do vestuário. Técnica de modelagem, em geral.	Graduação em Engenharia Têxtil, Técnico em Malharia e	

	íntima.		Modelagem masculina, feminina e infantil em tecido plano e de malha. Modelagem de moda íntima e praia. Manutenção básica e preventiva de máquinas de costura.	confeção, Técnico em Vestuário, Graduação em Moda, Artes ou Design, ou Curso Técnico em Moda ou equivalente, ou experiência comprovada em costura de peças de moda íntima/praias.	
Total da carga Horária Profissionalizante		100 horas			
Carga Horária Total do Curso					160 horas

17 PLANOS DE MÓDULOS/DISCIPLINAS

Curso: Corte e Costura		
Módulo: I	Componente curricular: Português Instrumental	CH: 15 h
Ementa: Ortografia. Estrutura textual. Leitura e construção de sentidos, O uso da linguagem nas redes sociais. Linguagem formal e informa nos gêneros textuais: ata, <i>curriculum vitae</i> , propaganda nas redes sociais, relatórios e bilhetes.		
Objetivos: Desenvolver competências de produção textual para atendimento a necessidades cotidianas e profissionais.		
Principais referências:		
GRANATIC, B. Técnicas básicas de redação . 4. ed. São Paulo. Scipione, 2005.		
MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. Português Instrumental . 28 ed. São Paulo. Atlas, 2009.		
OLIVEIRA, J. L. de. Texto acadêmico: técnicas de redação e pesquisa científica . Rio de Janeiro: Vozes, 2009.		
FONTOURA, Helena Amaral. SILVA, Marco (org). Práticas Pedagógicas, Linguagem e Mídias: desafios à Pós-graduação em Educação em suas múltiplas dimensões . Rio de Janeiro: ANPEd Nacional, 2011.		
Referências complementares:		
FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de Texto: leitura e redação . 7 ed. São Paulo. Ática, 1998		
KOCK, Ingedore Villaça. A coesão textual . São Paulo: Contexto 1989.		
_____. A coerência textual . São Paulo: Contexto, 1992.		

Curso: Corte e Costura		
Módulo: I	Componente curricular: Direito da mulher	CH: 15h
Ementa: A construção histórica do gênero. Noções de Direitos humanos. A violência e violência de gênero. A Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Lei nº 13.104/2015 (Lei do Feminicídio). Estatísticas da violência de gênero no Brasil. Instituições de Apoio à Mulher Vítima de violência.		
Objetivos: Desenvolver noções sobre direitos humanos, direitos da mulher e as políticas públicas específicas ao gênero feminino.		
Principais referências:		
BRASIL. República Federativa. Enfrentamento à violência contra a mulher – Balanço das		

ações 2006-2007. Brasília: secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

_____. República Federativa. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

CAMPOS, C. H. Justiça consensual, violência doméstica e direitos humanos. *In*: STREY, M; AZAMBUJA, M. P. R; JAEGER, F. P. (org). **Violência, Gênero e Políticas Públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI Losandro Antônio (org). **Dicionário crítico de gênero**. 2.ed. – Dourados: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados. 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/39082532/Gar%C3%A7onne_Dicion%C3%A1rio_Cr%C3%ADtico_de_G%C3%AAnero_Ana_Maria_Colling_e_Losandro_Antonio_Tedeschi_org_Dourados_Editora_da_Universidade_Federal_da_Grande_Dourados_MS_UFGD_2015_p.300-304

FISCHER, I. R; MARQUES, F. **Gênero e exclusão social**. Disponível em: www.fundaj.gov.br/tpd/113.html

GROSSI, P. K. **Violência contra a mulher na esfera doméstica: rompendo o silêncio**. 1994. Dissertação (Mestrado) — PUCRS, Porto Alegre, 1994.

GROSSI, P. K; TAVARES, F. A; OLIVEIRA, S. B. A rede de proteção à mulher em situação de violência doméstica: avanços e desafios. *In*: MENEGHEL, S. N. **Rotas Críticas II: ferramentas para trabalhar com a violência de gênero**. Santa Cruz do Sul: EDUNIS, 2009
SAFFIOTI, Heleieth. Violência de Gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas Sociais**:PUC-SP, 1997 (p.59-78). Disponível em: http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v2_artigo_saffioti.pdf

SOUSA SANTOS, B.; CHAUI, M. **Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

Curso: Corte e Costura

Módulo: I

Componente curricular: Noções de Cooperativismo

CH: 15 h

Ementa: O protagonismo da mulher na economia solidária, com foco a autonomia e emancipação. A Lei do Cooperativismo. Economia solidária. Conceito de sociedade cooperativa. Surgimento e Evolução histórica do cooperativismo. Diferenças de Cooperativa e outras sociedades jurídicas. Constituição das cooperativas: formas e normas básicas. Procedimento. Noções de Contabilidade Básica e Escrituração Fiscal.

Objetivos: Evidenciar o protagonismo da mulher na economia solidária e disponibilizar informações e ferramentas úteis para a constituição e manutenção de uma cooperativa.

Principais Referências:

BRASIL. Ministério do Trabalho. Manual de Cooperativas. Brasília: 2001. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/tr000003.pdf>

_____. República Federativa. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá

outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm.

CRUZIO, H. de O. **Como organizar e administrar uma cooperativa**. São Paulo: FGV, 2000.

CHIAVENATO, Idalberto. *Administração nos Novos Tempos*. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2009.

LEITE, Márcia de Paula. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. *Rev. bras. Ci. Soc.* vol.24 n. 69 São Paulo:Feb. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092009000100003&script=sci_arttext

PADOVEZE, Clóvis Luís. *Manual de Contabilidade Básica*. São Paulo: Atlas, 2011. Disponível em: https://forumdeconcursos.com/wp-content/uploads/wpforo/default_attachments/1549510994-Manual-de-Contabilidade-Bsica-Introdutoria-e-Intermediria-Clviis-L-Padoveze.pdf

REISDORFER, Vitor Kochhann. *Introdução ao Cooperativismo*. Santa Maria: Rede e-TEC Brasil, 2014. Disponível em: http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos_cooperativismo/primeira_etapa/arte_introduc_cooperativismo.pdf

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. *Manual de Gestão das Cooperativas: Uma Abordagem Prática*. São Paulo: Atlas, 2006.

SALES, João Eder. *Cooperativismo: Origens e Evolução*. *Revista Brasileira de Gestão e Engenharia* Jan-jun 2010, pp. 23-34. Disponível em: <http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoengenharia/article/viewFile/30/23>

Referências complementares:

ANDRADE, Álvaro Pereira *et. a*. **Manual de procedimentos para o terceiro setor: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social**. Brasília: CFC : FBC : Profis, 2015. Disponível em: http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Miolo_MTS_web.pdf

BECHO, Renato Lopes. **Elementos de Direito Cooperativo**. São Paulo: Dialética, 2002

CENZI, Nerí Luiz. **Cooperativismo: desde as origens do projeto de lei de reforma do sistema cooperativo brasileiro**. Curitiba: Juruá, 2009.

FRANTZ, Walter. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Rio Grande do Sul: Ijuí, 2012.

Curso: Corte e Costura

Módulo: I

Componente curricular: Informática Básica

CH: 15 h

Ementa: Edição de texto. Edição de Imagem. Edição de Planilha no Excel. Aplicativos de cálculo. Aplicação de ferramentas eletrônicas para busca de informação na Internet, navegação na web e envio e e-mails com arquivos em anexo. Segurança da Informação. Ética nas redes sociais. Divulgação de produtos e serviços na Internet.

<p>Objetivos: Operar soluções de softwares para escritório, incluindo uso pessoal e profissional e as redes sociais de modo ético e seguro.</p>
<p>Principais Referências:</p> <p>CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à informática. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2004.</p> <p>FUSTIONI, Diógenes Ferreira Reis; LEITE, Frederico Nogueira; FERNANDES, Fabiano Cavalcanti. Informática básica para o ensino técnico profissionalizante. -- Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2012. Disponível em: file:///C:/Users/NEHLI-01/Downloads/181-Texto%20do%20artigo-697-1-10-20140714.pdf</p> <p>GONÇALVEZ, Aline de Menezes. Ética nas redes sociais. Revista Científica SMG. V.6. N. 2 (2018). Disponível em: http://revista.smg.edu.br/index.php/cientifica/article/view/12</p> <p>MARÇULA, Marcelo; BRNINI FILHO, Pio Armando. Informática: conceitos e aplicações. 3.ed. São Paulo: Érica, 2008.</p> <p>NORTON, Peter. Introdução à informática. São Paulo: Pearson Makron Books, 2007.</p> <p>MANZANO, Maria Izabel N. G. Estudo dirigido de informática básica. 7. ed. São Paulo: Érica, 2008.</p>
<p>Referências complementares:</p> <p>MARTELETO, Regina Maria. Redes sociais, mediação e apropriação de informações: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em Ciência da Informação. v. 1 n. 1 (2018): Revista Telfract - n ° 1/2018. Disponível em: https://telematicafactal.com.br/revista/index.php/telfract/article/view/5</p> <p>VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.</p>

Curso: Corte e Costura		
Módulo: III	Componente curricular: Prática de Corte, Costura e Modelagem de moda praia e moda íntima	CH: 100
Ementa: Medidas do corpo humano e do vestuário. Técnica de modelagem, em geral. Modelagem masculina, feminina e infantil em tecido plano e de malha. Modelagem de moda íntima e praia. Manutenção básica e preventiva de máquinas de costura.		
Objetivos: Aplicar as técnicas do corte e costura em vestuário, seguindo as técnicas recomendadas, na confecção de diversas peças, em especial a moda praia.		
Principais referências:		
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Artigo confeccionado em tecido de malha: tolerância das medidas; [NBR 12720]. Rio de Janeiro: ABNT, 1995.		
DUARTE, Sonia e SAGGESE, Sylvia. Modelagem industrial brasileira . 4. ed. Rio de		

Janeiro: Guarda-roupa, 2008.

FEGHALI, Marta Kasznar e DWYER, Daniela. **As engrenagens da moda**. Rio de Janeiro: SENAC Rio, 2006.

GRAVE, Maria de Fátima. **A modelagem sob a ótica da ergonomia**. São Paulo: ZennexPublishing, 2004.

SENAC. Departamento Nacional. **Modelagem plana feminina**: SENAC Nacional. Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

. **Modelagem plana masculina**: SENAC Nacional. Rio de Janeiro: SENAC, 2003.

Referências complementares:

JONES, SueJenkyn. **Fashion design**: manual do estilista. São Paulo: Cosac &Naify, 2005.

LEITE, Adriana Sampaio e VELLOSO, Marta Delgado. **Desenho técnico de roupa feminina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Senac, 2009.

SENAC. **Moldes femininos**: noções básicas. Rio de Janeiro: SENAC, 2003.

18 CRITÉRIO DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

No caso da Formação Inicial e Continuada, serão implementados processos de reconhecimento dos conhecimentos e saberes profissionais dos trabalhadores matriculados no curso, independente da forma como foram adquiridos, com a finalidade de aproveitamento e continuidade dos estudos, conforme previsto nos termos do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.

Os critérios referem-se aos conhecimentos construídos pelas estudantes em sua prática de trabalho. Para isso serão realizadas provas teóricas e práticas em que as alunas devem demonstrar domínio das etapas que compreendem o curso, com a finalidade de inseri-las num itinerário formativo desenvolvido pela orientação do professor da disciplina.

18.1 Critério de avaliação de aprendizagem

A avaliação será parte integrante do processo de ensino/aprendizagem. Requer preparo técnico e observação dos profissionais envolvidos, numa dinâmica interativa, ao longo de todo o curso, visando a participação e produtividade de cada estudante. O processo avaliativo compreende a obtenção de informações, análise e interpretação da ação educativa, visando o aprimoramento dos trabalhos.

As avaliações terão caráter continuado e formativo e envolverão atividades individuais e coletivas que abrangerão aspectos cognitivos, técnicos e atitudinais. Serão utilizados para a avaliação a observação individual, e em grupo e resultados obtidos em atividades práticas, que serão registradas por meio de instrumentos inscrito e de debates e apresentações em grupo. Serão aprovados os estudantes com frequência igual ou superior a 75% e rendimento superior a 60%.

Caso alguma aluna não tenha desempenho adequado nas atividades práticas individuais e coletivas o professor da disciplina deverá fazer relatório das situações pedagógicas que evidenciem a situação de não aprendizagem e junto com a Coordenação de Curso FIC ou Chefe de DEPEX para empreender as ações possíveis de recuperação. Ao final do curso deverá se reservada uma semana para estudos de recuperação (quando houver necessidade) e avaliação do curso pela turma.

19 DESCRIÇÃO DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

a) Instalações;

b) Salas de aula - uma sala arejada que comporte os equipamentos e as 30 alunas de forma confortável, com cadeiras, um projetor de mídia e quadro branco;

c) Laboratório de Informática com 15 computadores (podendo ser *desktop* ou *laptop*).

d) Equipamentos:

15 (quinze) máquinas de costura reta.

02 (duas) máquinas de costura Overlock modelo industrial.

15 (quinze) ferros de passar.

30 kits de costura: Esquadro de 45°, régua modelagem para cava e gancho, curva francesa ou 0,9, tesoura para tecido, linhas e agulhas diversas.

e) Materiais de consumo necessários

Item	Quantidade para 30 alunas
Calculadora	10

Lapiseira 0,7	30
Fita métrica	30
Alfinetes nº 29	100
Agulha de mão nº9	130
Agulha para máquina caseira nº 11 ou 14	30
Papel pardo	60
Papel manteiga	60
Papel carbono para tecido	60
Papel cartão	30
Fita crepe	05
Papel branco comum resma	02
Canetinhas Hidrocor 12 Cores	05

20 CERTIFICAÇÃO

A certificação ocorrerá por conta do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia em nível de:

Qualificação FIC em Corte e Costura Curso com carga horária de (160 horas).

FIC- Cursos de Formação Continuada

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação - MEC. **Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito.** [2014?]. Disponível em: <http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2015/03/Guia-Metodologico-do-sistema-de-acesso-permanencia-e-exito.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

_____. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 28 fev. 2020.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia **Território Rio Machado Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.** Porto Velho: Rioterra, 2014. Disponível em: http://rioterra.org.br/pt/wp-content/uploads/2016/03/PTDRS-TRM-2014_VF_ISBN.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 32ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

RONDONIA. Governo do Estado. **Lei Complementar 908, de 6 de dezembro de 2016** - Dispõe sobre a Política de Educação Profissional do Subsistema Público de Educação Profissional do Estado de **Rondônia**, cria o Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional - IDEP, e dá outras providências. Porto Velho: Assembleia Legislativa: 2016.

SEBRAE, **Pesquisa Setor/Segmento Indústria da Confeção Apresentação Sintética dos Resultados**. 2014. Disponível em <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/Indu%CC%81stria%20da%20Confec%CC%A7a%CC%83o.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

APÊNDICE B – ROTEIROS DE ENTREVISTA



PESQUISA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, DO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

ROTEIRO DE ENTREVISTA: EGRESSAS DO CURSO

Pesquisa: O impacto do Projeto Empoderamento da Mulher na vida das egressas do curso FIC de corte e costura ofertado no município de Primavera de Rondônia

PREÂMBULO

Nosso objetivo aqui é de realizarmos um estudo, a fim de analisar os impactos sociais do Projeto Empoderamento da Mulher do Instituto Federal de Rondônia. Acreditamos que pela sua vivência e experiência, como egressa do curso FIC de corte e costura, poderá contribuir muito em nosso estudo. Você poderia nos conceder uma entrevista? Também informamos que é importante para nossa pesquisa gravarmos essa entrevista para garantir as informações que serão ditas por você. Queremos esclarecer que tudo que for dito por você, assim como a sua pessoa serão protegidos eticamente, e que o áudio será arquivado por essa pesquisadora e após o término do estudo será apagado. Podemos, assim, com a sua permissão gravar nossa conversa, conforme esses termos?

Objetivos da entrevista:

- 1 - Identificar as oportunidades que as egressas tiveram ao participar do curso FIC;
- 2- Compreender quais foram as principais dificuldades que as egressas tiveram durante a oferta do curso.
- 3- Identificar o perfil das egressas e as suas perspectivas sobre o mundo do trabalho.

Indagações:

- 1) Qual: estado civil, escolaridade, idade e local de residência.
- 2) Se casada, quanto tempo de casamento? Se vive em união estável, quanto tempo de união?
- 3) Para você o que significa ser mulher?
- 4) Quando criança você pensava em seguir alguma profissão?

- 5) Você poderia falar um pouco sobre quais atividades e trabalhos que já fez? E qual você mais gostou ou gosta de fazer?
- 6) Você poderia falar um pouco sobre como é as mulheres dessa região são inseridas no mundo do trabalho e se tem alguma dificuldade para trabalhar fora de casa?
- 7) Você já trabalhou por conta própria ou já abriu um negócio?
- 8) Você conhece alguma mulher, aqui na região, que tem o próprio negócio/empresa? Se, sim, qual tipo de negócio/empresa?
- 9) Como você ficou sabendo sobre a oferta do curso de corte e costura?
- 10) Quando você se inscreveu no curso qual era a sua vontade – sua perspectiva? Elas foram atendidas?
- 11) Durante curso você teve dificuldades para acompanhar as aulas? Se, sim, fale sobre elas?
- 12) Sobre e as atividades propostas pelos dos professores - O que mais chamou sua atenção?
- 13) Que avaliação você faz sobre o curso oferecido? Você pudesse fazer alguma mudança no curso qual seria?
- 14) Após o término do curso houveram novas oportunidades de trabalho?
- 15) Se forem oferecidos novos cursos você participaria? e quais cursos você pensa que poderiam ser oferecidos?

ADENDO

Quero agradecer, muito, por sua colaboração e pela entrevista. Vou ouvir a gravação, e caso tenha alguma dúvida, poderia retornar novamente para conversarmos? Sim. Muito obrigada, mais uma vez.



**INSTITUTO FEDERAL
RONDÔNIA**



PROFEP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**PESQUISA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, DO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

ROTEIRO DE ENTREVISTA: PROFISSIONAIS QUE TRABALHARAM NO CURSO

Pesquisa: O impacto do Projeto Empoderamento da Mulher na vida das egressas do curso FIC de corte e costura ofertado no município de Primavera de Rondônia

PREÂMBULO

Nosso objetivo aqui é de realizarmos um estudo, a fim de analisar os impactos sociais do Projeto Empoderamento da Mulher do Instituto Federal de Rondônia. Acreditamos que pela sua vivência e experiência, como profissional que atuou no curso FIC de corte e costura, poderá contribuir muito em nosso estudo. Você poderia nos conceder uma entrevista? Também informamos que é importante para nossa pesquisa gravarmos essa entrevista para garantir as informações que serão ditas por você. Queremos esclarecer que tudo que for dito por você, assim como a sua pessoa serão protegidos eticamente, e que o áudio será arquivado por essa pesquisadora e após o término do estudo será apagado. Podemos, assim, com a sua permissão gravar nossa conversa, conforme esses termos?

Objetivos da entrevista:

- Identificar o perfil dos profissionais que atuaram no curso FIC de corte e costura;
- Levantar as principais dificuldades de aprendizagem enfrentadas pelas egressas quando estavam realizando o curso;
- Compreender quais foram as principais fraquezas e oportunidades no desenvolvimento e aplicação do curso FIC de Corte e Costura.

Indagações:

- 1) Escolaridade, idade, profissão
- 2) Qual a foi a sua função no curso FIC de corte e costura?
- 3) Como fale um pouco sobre como foi o processo de seleção e o quê o motivou a se inscrever?
- 4) Você atua ou já atuou na Educação Profissional Tecnológica? Fale um pouco sobre a sua experiência na educação?

- 5) Fale um pouco sobre o perfil das cursistas?
- 6) Na sua opinião quais são os pontos fortes e os pontos fracos do curso FIC?
- 7) Quais foram os principais desafios encontrados durante o desenvolvimento do curso?
- 8) Com relação ao processo de ensino e aprendizagem houve alguma dificuldade? Se sim quais foram e o que foi feito para mitigá-las?
- 9) Você poderia falar um pouco sobre os procedimentos avaliativos que foram adotados para analisar o processo de ensino e aprendizagem durante as aulas?
- 10) As estudantes conseguiram atingir todos os objetivos de aprendizagem proposto pela ementa do curso?
- 11) Comente um pouco sobre como foi o processo de organização, preparação e os procedimentos antes de começar as aulas?
- 12) Fale um pouco sobre a experiência de ter participado desse curso? Se pudesse acrescentar algo ou modificar algum procedimento sobre a oferta de curso FIC o que você sugeriria?

ADENDO

Quero agradecer, muito, por sua colaboração e pela entrevista. Vou ouvir a gravação, e caso tenha alguma dúvida, poderia retornar novamente para conversarmos? Sim. Muito obrigada, mais uma vez.



APÊNDICE C – Declaração de não violação de direitos autorais

DECLARAÇÃO DE NÃO VIOLAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS DE TERCEIROS

Eu, SIMONE LEITE DE FREITAS, CPF: 660.529.042-91, aluna do Curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, do Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, declaro para os devidos fins que: a (X) Dissertação com título “O IMPACTO DO RPROJETO EMPODERAMENTO DA MULHER NA VIDA DAS EGRESSAS DO CURSO FIC DE CORTE E COSTURA OFERTADO NO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA”, de minha autoria, não viola os direitos de terceiros, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas.

Rolim de Mora, 9 de Julho de 2020.



Simone Leite de Freitas



ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O IMPACTO DO PROJETO EMPODERAMENTO DA MULHER NA VIDA DAS EGRESSAS DO CURSO FIC DE CORTE E COSTURA OFERTADO NO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA

Pesquisador: SIMONE LEITE DE FREITAS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 05852918.3.0000.5653

Instituição Proponente: Instituto Federal de Rondônia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.229.274

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de Mestrado, que tem como objetivo analisar o impacto do Projeto Empoderamento da Mulher, as oportunidades e mudanças nas vidas das mulheres que participaram dos cursos FICs, a fim de elaborar revisão do Projeto Pedagógico de Curso, com vistas a mais bem atender o público demandante. O recorte da pesquisa será o curso FIC de Corte e Costura, do Projeto Empoderamento da Mulher, ofertado em Primavera de Rondônia pelo IFRO - Campus Cacoal. Será utilizado o método dialético, cuja investigação será conduzida por uma abordagem qualitativa através de um Estudo de Caso

etnográfico descritivo, sendo utilizados procedimentos de imersão em campo, observação do participante, registros em caderno de campo e entrevistas semiestruturadas.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos descritos mostram-se exequíveis considerando os procedimentos metodológicos detalhados no protocolo de pesquisa.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A avaliação dos riscos e benefícios se mostra clara e consistente. A pesquisadora adicionou no protocolo os procedimentos para minimizar os problemas que podem ocorrer durante a pesquisa. Assim sendo, os benefícios da pesquisa superam os riscos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa demonstra ser relevante para todos os participantes e instituições envolvidas. A pesquisadora descreveu detalhadamente todos os critérios de inclusão e exclusão, como irá obter os dados dos participantes e como será realizada a abordagem.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados os documentos solicitados no parecer anterior:

- 1) Folha de Rosto devidamente preenchida, datada e assinada pela instituição ofertante.
- 2) Carta de Anuência Institucional.
- 3) TCLE com os riscos e benefícios, as medidas mitigatórias e o endereço do CEP atualizado. No entanto, as páginas não foram numeradas
- 4) Roteiro da entrevista sem a identificação do participantes.

Recomendações:

Efetuar a numeração das páginas do documento TCLE.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não havendo mais pendências o protocolo de pesquisa em questão encontra-se apto para execução.

Considerações Finais a critério do CEP:

A pesquisadora deverá encaminhar ao CEP-IFRO relatório final na ocasião de conclusão da pesquisa. Reforçamos que qualquer alteração, ainda que mínima, no protocolo aprovado deverá ser submetida à análise desse CEP. Somente após aprovação do CEP as

alterações poderão ser colocadas em prática.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1269226.pdf	14/03/2019 19:12:28		Aceito
Outros	REQUERIMENTO_TERMOS_DE_RESPONSABILIDADE.pdf	14/03/2019 19:03:24	SIMONE LEITE DE FREITAS	Aceito
Parecer Anterior	PARECER_CONSUBSTANCIAO.pdf	14/03/2019 18:53:28	SIMONE LEITE DE FREITAS	Aceito
Outros	Carta_Parecer.pdf	14/03/2019 18:49:51	SIMONE LEITE DE FREITAS	Aceito
Outros	Carta_orientacao.pdf	14/03/2019 18:48:09	SIMONE LEITE DE FREITAS	Aceito
Outros	Termo_anuencia.pdf	14/03/2019 18:42:21	SIMONE LEITE DE FREITAS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	14/03/2019 18:39:26	SIMONE LEITE DE FREITAS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	14/03/2019 18:38:22	SIMONE LEITE DE FREITAS	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	14/03/2019 13:04:04	SIMONE LEITE DE FREITAS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO VELHO, 28 de Março de 2019.

Assinado por:

Marcio Rodrigues Miranda (Coordenador(a))